

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO  
PAULO**

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUARIAIS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA**

**A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E ÉTICA EM SANTO TOMÁS  
DE AQUINO E SUA INFLUÊNCIA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO  
ECONÔMICO**

Orientando: Felipe Belém dos Santos  
Orientador: Prof. Dr. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira

**São Paulo  
2023**

Felipe Belém dos Santos

A Relação entre Economia e Ética em Santo Tomás de Aquino e sua Influência na História do  
Pensamento Econômico

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas da Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo como um pré-requisito para obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Econômicas,  
sob a orientação do Prof. Mariana Ribeiro Jansen  
Ferreira.

SÃO PAULO

2023

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica

Santosx, Felipe Belém dos  
A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E ÉTICA EM SANTO TOMÁS  
DE AQUINO E SUA INFLUÊNCIA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO  
ECONÔMICO / Felipe Belém dos Santos. -- São Paulo:  
[s.n.], 2023.  
67p ; 15cm.

Orientador: Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Ciências Econômicas, 2023.

1. Santo Tomás de Aquino. 2. Economia. 3. Ética.  
4. História do Pensamento Econômico . I. Ferreira,  
Mariana Ribeiro Jansen. II. Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, Graduação em Ciências  
Econômicas. III. Título.

CDD

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e à Nossa Senhora, que por tanto devo a realização desse trabalho. Agradeço também pela interção de São Bento, São Miguel Arcanjo e, principalmente, Santo Tomás de Aquino.

Agradeço a minha orientadora, a professora Mariana Ribeiro Jansen Ferreira, pela ajuda e atenção dada a esse trabalho, que sem não seria possível realizá-lo.

Agradeço, por fim, pelo apoio de meus familiares e amigos, que estiveram ao meu lado durante todo o desenvolvimento desse extenso projeto.

Uma pessoa é um universo de natureza espiritual dotado da liberdade de escolha e constitui por isso um todo independente em relação ao mundo, não podendo nem a natureza, nem o Estado, tocar esse universo sem sua permissão. (MARITAIN, 2018, p. 22).

## RESUMO

SANTOS, Felipe. **A Relação Entre Economia e Ética em Santo Tomás de Aquino e sua Influência na História do Pensamento Econômico.**

O objetivo desse trabalho é analisar a relação entre economia e ética presente no pensamento de Santo Tomás de Aquino e suas contribuições para a História do Pensamento Econômico. Para isso, é necessário tanto um estudo sobre a visão ética para Santo Tomás, assim como sua visão de economia, para que seja possível correlacioná-las, como também adentrar no escopo genealógico de seu pensamento, estritamente sendo Aristóteles e Agostinho. Dessa forma, a partir de suas contribuições econômicas, é possível estudar seu campo de influência, a partir de dois casos, o da Escola de Salamanca e a Doutrina Social da Igreja. Esse estudo permite concluir sobre a relevância de correlacionar a economia com a ética, tendo como base as associações feita por Tomás, como também a posição dele dentro de um História do Pensamento Econômico.

**Palavras-chave:** Tomás de Aquino; Ética; Economia; Escola de Salamanca; Doutrina Social

## ABSTRACT

SANTOS, Felipe. **The Relationship Between Economics and Ethics in Saint Thomas Aquinas and Its Influence on the History of Economic Thought.**

The objective of this work is to analyze the relationship between economics and ethics present in the thought of Santo Tomás de Aquino and his contributions to the History of Economic Thought. For this, it is necessary both a study on the ethical view for Saint Thomas, as well as his view of economics, so that it is possible to correlate them, as well as entering the genealogical scope of his thought, strictly being Aristotle and Augustine. Thus, based on their economic contributions, it is possible to study their field of influence, based on two cases, the School of Salamanca and the Social Doctrine of the Church. This study allows us to conclude on the relevance of correlating economics with ethics, based on the associations made by Tomás, as well as his position within a History of Economic Thought.

**Keywords:** Thomas Aquinas; Ethics; Economics; School of Salamanca; Social Doctrine of the Church.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                      | <b>10</b> |
| <b>1. GÊNESE DO PENSAMENTO DE SANTO TOMÁS DE AQUINO.....</b> | <b>12</b> |
| <b>1.1. Gregos.....</b>                                      | <b>12</b> |
| 1.1.1. Definição de moral para os Gregos .....               | 13        |
| 1.1.2. Como os gregos enxergavam a economia .....            | 18        |
| <b>1.2. Patrística.....</b>                                  | <b>22</b> |
| 1.2.1. Moral em Santo Agostinho.....                         | 23        |
| 1.2.2. A economia em Santo Agostinho .....                   | 25        |
| <b>2. A ESCOLÁSTICA E SANTO TOMÁS DE AQUINO .....</b>        | <b>28</b> |
| <b>2.1. A ESCOLÁSTICA: ASPECTOS GERAIS .....</b>             | <b>28</b> |
| 2.1.1. A Moral Escolástica.....                              | 30        |
| 2.1.2. Economia Escolástica.....                             | 30        |
| <b>2.1. SANTO TOMÁS DE AQUINO.....</b>                       | <b>34</b> |
| 2.2.1. Teoria Moral em Santo Tomás de Aquino .....           | 35        |
| <b>2.2.2 Economia em Santo Tomás de Aquino .....</b>         | <b>39</b> |
| <b>3. A INFLUÊNCIA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO .....</b>        | <b>46</b> |
| <b>3.1. Escola de Salamanca .....</b>                        | <b>47</b> |
| 3.1.1. Economia em Salamanca.....                            | 48        |
| 3.1.1. A propriedade privada .....                           | 50        |
| 3.1.2 A Usura.....   | 51        |
| 3.1.3 Teoria do Valor.....                                   | 53        |
| <b>3.2. Doutrina Social da igreja .....</b>                  | <b>55</b> |
| 3.2.1. A relação entre economia e moral .....                | 57        |
| 3.2.2. Propriedade Privada.....                              | 59        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                             | <b>62</b> |
| <b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>                         | <b>66</b> |

## INTRODUÇÃO

As primeiras associações a virem na mente de um economista, ou de alguém que já se interessou por algum tema econômico, quando se fala da relação entre a economia e ética são, a princípio, a ética utilitária, as contribuições do prêmio Nobel Amartya Sen, ou até mesmo de questões envolvendo o bem comum. A lembrança jamais seria de um filósofo medieval do século XIII, como é o caso de Santo Tomás de Aquino (1225-1274). Na realidade, se fosse buscar um primeiro pensador a correlacionar a ética/moral<sup>1</sup> com a economia, nos moldes propostos por Aquino, seria necessário voltar alguns séculos no passado, para a Grécia Antiga de Aristóteles, que em sua obra *A Política* – uma sequência direta do *Ética a Nicômaco* – fez essa correlação. Ou então seria preciso analisar um caso mais conhecido, a Escola de Salamanca no século XVI. O que faz de Aquino um caso particular é que ele é um meio termo, entre o mais longínquo passado e as contribuições mais recentes, compilando e atualizando as visões passadas e sendo a estrutura fundamental para as futuras.

A compilação de sua teoria parte de sua capacidade sintática de extrair de dois autores extremamente relevantes, Aristóteles e Agostinho, todo o arcabouço para sua teoria econômica. Porém, a influência de Aquino nos pensadores dos séculos seguintes explicita sua relevância ainda mais significativa. No século XX, podemos citar o caso dos tomistas como Maritain, Sertillanges, Gilson etc., ou da neoescolástica do economista Mueller no século XXI. No campo econômico, ela pode ser sintetizada na Escola de Salamanca e na Doutrina Social da Igreja (DSI), com o Papa Leão XIII, fundador da DSI com a *Rerum Novarum* (1891), e que na encíclica anterior, *Aeterni Patris* (1879), considerou Santo Tomás como base para doutrina católica.

A relação entre economia e moral em Aquino pode ser resumida na seguinte esquemática: (i) Aristóteles, uma das principais influências do Santo, tratou da economia dentro de princípios morais; (ii) Seguindo o exemplo de Aristóteles, Tomás irá tratar da economia, principalmente, no livro *Da Justiça* na *Suma teológica*; (iii) Por fim, pôr a economia estar inserida dentro do campo das ações humanas, e as ações humanas serem o objeto principal do campo moral, não é estranho pensar na inserção de assuntos econômicos dentro de questões morais.

---

<sup>1</sup> Ética e moral serão tratados como sinônimos e isso será explicado no decorrer do texto.

Tendo em mente a relevância do tema, esta monografia tem como objetivo demonstrar a relação entre os temas econômicos e a moral em Santo Tomás de Aquino, partindo de como essa associação era feita nos autores que o influenciaram, os gregos e os padres da igreja (patrística), e em quem Tomás influenciou, no caso, a Escola de Salamanca e a Doutrina Social da Igreja. Assim, o objetivo é situar Santo Tomás de Aquino, ainda que com limitações, dentro de uma História do Pensamento Econômico, além de demonstrar sua importância na correlação entre economia e ética.

A metodologia usada no decorrer desse trabalho consiste na leitura de fontes primárias e secundárias para melhor compilar e explicar todo o objeto de análise dessa monografia. Ela será disposta de três capítulos mais as considerações finais.

No primeiro capítulo, a análise realizada foca na gênese do pensamento de Aquino, isto é, dos gregos e dos padres da Igreja Católica, a patrística. Em ambos os tópicos dentro do primeiro capítulo, será demonstrada a definição de moral e os conceitos econômicos presentes em cada um, além da relação entre os termos. Nos gregos, Aristóteles terá um papel destacado dentre os demais, enquanto na patrística, esse autor é Santo Agostinho de Hipona.

O segundo capítulo tratará tanto da escolástica como um todo, quanto de Santo Tomás de Aquino. Seguindo a mesma lógica do capítulo anterior, i.e., apresentando os conceitos e os correlacionando. E ainda em Tomás, será feita uma apresentação e explicação das principais questões econômicas presentes na *Suma Teológica*.

O terceiro capítulo será dividido em dois tópicos, um primeiro acerca da Escola de Salamanca e um segundo acerca da Doutrina Social da Igreja. A análise segue a mesma lógica dos capítulos anteriores, só que dessa vez buscando identificar as influências diretas e indiretas de Tomás.

Por fim, concluindo se é possível situar Santo Tomás dentro de uma História do Pensamento Econômico, assim como demonstrando se ele foi relevante para a questão de conciliação entre economia e moral.

## 1. GÊNESE DO PENSAMENTO DE SANTO TOMÁS DE AQUINO

Buscar a gênese do pensamento de um autor é algo recorrente em todo e qualquer campo de pesquisa. Por exemplo, não se é possível compreender plenamente Adam Smith (1723 – 1790) sem antes ir buscar suas inspirações, sua fé protestante, a questão do estoicismo, a teologia natural de Newton e a sua relação com David Hume. Por sua vez, não se compreende plenamente o clássico caso de Karl Marx (1818 – 1883), sem considerar a influência do socialismo utópico francês, o idealismo alemão de Hegel e a economia política clássica dos ingleses. De igual maneira, não seria diferente para Santo Tomás de Aquino.

De modo conciso é possível destacar três grandes linhas de influência para Tomás. A primeira, e mais lógica, vindo da tradição católica pautada pelas Sagradas Escrituras – que não será tratada de maneira direta nesse trabalho. A segunda vinda dos gregos, mais especificamente de Aristóteles (384 a.C. – 322. a.C.). Por último, a patrística, isto é, os padres da igreja dos primeiros séculos de cristandade. É com relação as duas últimas vertentes de influência, os gregos e a patrística, que esse capítulo irá tratar.

### 1.1. Gregos

Os gregos são o ponto de partida para todas as concepções de cultura ocidental, pois “ninguém tentará negar que os gregos deixaram um legado imperecível de literatura e arte para nosso mundo europeu, e o mesmo é verdade quanto à especulação filosófica” (COPLESTON, 2021, p. 27). Assim, considerando que os gregos foram as influências mais antigas (depois do Antigo Testamento) para os escolásticos<sup>2</sup>, e, portanto, para Santo Tomás, é coerente que a sua contribuição seja objeto de reflexão específica. No caso desse trabalho, no que diz respeito ao campo da moral e da economia.

Tratar de filosofia moral, tal como, posteriormente, da própria economia, enquanto um ramo da moral<sup>3</sup> é analisar a filosofia de Sócrates (470 a.C-399 a.C) em diante, mais especificamente, Aristóteles. Isso porque os filósofos anteriores pouco se debruçaram acerca da problemática da moral, focando mais seus esforços em um caráter

---

<sup>2</sup> No decorrer do texto ficará mais evidente toda a importância helênica, em especial em Santo Agostinho (354-430), autor que “cristianizou” Platão (427 a.C – 347 a.C), e o próprio Aquino, fazendo o mesmo com Aristóteles (384 a.C – 322.aC).

<sup>3</sup> Isso é um ponto interpretativo comum para alguns autores modernos, como Alejandro A. Chafuen (1954) e John D. Muller.

mais cosmogônico da filosofia<sup>4</sup>. Por esse motivo, pode-se passar diretamente para os três autores citados sem precisar do intermédio de uma introdução ao período pré-socrático.

#### 1.1.1. Definição de moral para os Gregos

No horizonte proposto pela presente pesquisa, é possível analisar a filosofia moral grega, com Sócrates, Platão e Aristóteles – com o último tendo maior destaque que os dois primeiros. Para isso, parte-se de dois pressupostos. O primeiro é referente ao conceito de moral e ética. De maneira breve, moral e ética serão tratados como sinônimos, tal como é apresentado no *Dicionário de Filosofia* do Abbagnano (19001-1990), em que moral “o mesmo que Ética” (2007, p. 682), como também é a maneira descrita por Chafuen (2019), citando o filósofo catalão, José Ferrater Mora (1912-1991):

Ambos [moral e ética] os termos têm a mesma origem e derivam da palavra “costume”. Moral, enquanto ciência, significa uma filosofia dos costumes. De acordo com José Ferrater Mora, “o ético se identificou cada vez mais com o moral, e a ética chegou a significar propriamente a ciência que se ocupa dos objetos morais em todas suas formas, a filosofia moral” (2019, p. 77-78)

Portanto, se a ética e a moral são equivalentes, é necessário defini-las. Tomando novamente como pilar de apoio o dicionário de filosofia do Abbagnano, o autor descreve como ética “em geral, ciência da conduta.” (2007, p. 380) e a divide em dois pontos, ou concepções. A primeira tendo como conteúdo formal ser a ciência pelo qual a conduta humana deve ser direcionada para atingir o fim proposto, enquanto, a segunda tem como característica ser a ciência pelo qual se determina as causas da conduta humana, isto é, daquilo que determinam tais ações (2007, p. 308)

Dito isso, é possível focar nas contribuições de Aristóteles (384 a.C-322 a.C) no campo da teoria moral, pois este foi o filósofo grego que mais influenciou Santo Tomás. Tendo nascido na cidade de Estagira, antiga Macedônia e atual Grécia, e sendo o mais celebre aluno de Platão e tutor pessoal de Alexandre, O Grande, a sua teoria ética possui um caráter teleológico, ou seja, “ela se ocupa da ação não enquanto correta em si mesma e independentemente de quaisquer considerações, mas com a ação enquanto conducente ao bem do homem. O que conduz à realização do seu bem ou meta será a ação ‘correta’: a ação que se opõe à realização do seu verdadeiro bem será a ação ‘errada’” (COPLESTON, 2021, p. 325).

---

<sup>4</sup> Tal cosmologia é permeada pela busca da matéria primeira, ou como é comumente conhecida, *ἀρχή* (arché).

De forma sintética, a ética, para Aristóteles, tem como objetivo levar o homem a sua finalidade. Por sua vez, finalidade para os gregos é Eudaimônica, ou seja, a felicidade, ou o bem, devem estar no posto de fim último. Tal como é predisposto para todas as coisas no início do *Ética à Nicômaco*: “toda arte, toda investigação e igualmente toda ação e projeto previamente deliberado parecem objetivar algum bem. Por isso se tem dito, com razão, ser o bem a finalidade de todas as coisas” (ARISTÓTELES, 2014, p. 45). Sendo plausível, portanto, inferir que o bem é a finalidade para o homem.

Começando pela definição desse bem, Aristóteles primeiramente faz uma explanação do que é comumente colocado como finalidade última, ou consumação da felicidade particular, isto é, como o povo – e como povo compreende-se um grego médio, ou um cidadão médio, e isso acaba excluindo escravos do senso, ainda que as aspirações de felicidade não sejam muito diferentes entre um cidadão livre e um escravo – enxerga essa tal felicidade – como viver bem. De acordo com Aristóteles:

Mas quanto ao que é a felicidade matéria é polêmica, e o que entende por ela a multidão não corresponde ao entendimento do sábio e sua avaliação. As pessoas ordinárias a identificam com algum bem claro e visível, como o prazer, ou a riqueza ou a honra, fazendo diferentes comentários entre si; com muita frequência, o mesmo indivíduo refere-se a itens distintos quanto a ela: quando fica doente, pensa ser a saúde a felicidade; quando é pobre, julga a riqueza. (ARISTÓTELES, 2014, p. 49)

Duas conclusões podem ser extraídas do trecho acima. A primeira pode ser feita a partir da classificação feita por Platão na *República*, sendo mais específico a tripartição da alma (cabeça, peito e estômago) e compará-la com a compreensão de felicidade para o povo. Nesse caso, fica evidente que o povo tem como felicidade aquilo que está nas duas áreas abaixo da cabeça (parte racional), isto é, no peito (ou timo) referente a parte das honras e das conquistas (irascível) e ao estômago, referente aos prazeres do corpo e do acúmulo de riquezas. A segunda é referente a falta de precisão do povo perante o estabelecimento de um conceito fixo para a felicidade, e o Filósofo utiliza de alguns cenários concertos para demonstrar essa volatilidade, como o homem ao estar doente enxerga na saúde a felicidade ou quando é pobre vendo-a na riqueza. Entretanto, algumas resoluções ilógicas podem ser retiradas tanto da primeira quanto da segunda conclusão. Da primeira, o próprio Aristóteles afirma:

Quando conscientes de sua própria ignorância, os [indivíduos comuns] admiram aqueles que propõem algo grandioso que ultrapassa a compreensão deles. De fato, alguns pensam que ao lado de muitas coisas boas indicadas há um outro bem, bem em função de si mesmo, que é a causa de serem bons todos aqueles bens (ARISTÓTELES, 2014, p. 49).

Nesse sentido, quão grandioso pode ser compreendido as coisas referentes a parte racional, e não apetitiva e irascível. Da segunda, por sua vez, pode-se concluir que um caráter volátil para o conceito de felicidade não pode existir, pois este deve ter um aspecto objetivo.<sup>5</sup>

Resumindo, a felicidade é um ramo da atividade humana, e como a atividade peculiar do homem é o exercício da razão, logo, a felicidade deve estar relacionada com a atividade racional (COPLESTON, 2021, p. 327). Para Aristóteles, isto se trata de uma atividade da virtude e, portanto, a felicidade deve ser equivalente a uma vida virtuosa, não limitada a uma ou outra ação virtuosa isolada do todo<sup>6</sup>, mas em sua completude. Uma vida é virtuosa se ela for constantemente virtuosa. Tal tipo de vida será abordada no final do *Ética a Nicômaco*, e é o tipo de vida que proporciona a verdadeira felicidade para o homem (COPLESTON, 2021, p. 327). Entretanto, antes de anunciar qual é esse tipo de vida, é necessário se discutir sobre o significado de virtude e no que ela consiste.

Virtude para Aristóteles, ou o fazer o bem, não é adquirido pela atividade intelectual, senão que o é pela prática. É preciso fazer atos considerados como virtuosos para se tornar uma pessoa virtuosa (COPLESTON, 2021, p. 327-328). Isso pode soar redundante, ter que fazer atos virtuosos para se tornar virtuoso, entretanto:

Aristóteles responde que começamos por realizar atos que são objetivamente virtuosos, sem que tenhamos um conhecimento reflexo dos atos e uma escolha deliberada dos atos enquanto bons, uma escolha que resulte de uma disposição habitual. Por exemplo, os pais podem dizer ao seu filho que não minta. Este obedece sem talvez se dar conta da bondade inerente de dizer a verdade, e sem ter ainda desenvolvido o hábito de dizer a verdade; mas os atos de dizer a verdade gradualmente formam um hábito, e, à medida que o processo de educação avança, a criança vem a se dar conta de que dizer a verdade é a coisa correta a fazer. Esse ato é virtuoso sob esse aspecto. A acusação de círculo vicioso é, logo, respondida por meio da distinção entre os atos que criam a boa disposição e os atos que derivam da boa disposição após esta ser criada. A própria virtude é uma disposição que se desenvolveu a partir de uma capacidade por meio do exercício dessa capacidade. (COPLESTON, 2021, p. 328)

---

<sup>5</sup> O caráter objetivo da moral é quase um ponto pacífico entre os principais filósofos gregos, e isso também pode ser conectado ao contexto da época, em que “Com um interesse predominante na conduta ética, viu que a definição oferece uma rocha segura sobre a qual os homens poderiam se agarrar no mar das doutrinas relativistas dos sofistas. Segundo uma ética relativista, a justiça, por exemplo, varia de cidade para cidade, comunidade para comunidade; jamais podemos dizer que a justiça é isto ou aquilo, e que esta definição serve para todos os estados, mas apenas que a justiça em Atenas é esta e na Trácia, aquela. Mas, se pudermos alcançar uma definição universal de justiça, a qual expressa a mais profunda natureza da justiça e se aplica a todos os homens, então temos algo seguro em que nos apoiar, e podemos julgar não só ações individuais, mas também os códigos morais de diferentes Estados, na medida em que incorporam a definição universal de justiça ou se afastam dela.” (COPLESTON, 2021, p. 118-119).

<sup>6</sup> “Todo” aqui é compreendido como toda as ações humanas realizadas durante a vida.

Definido, então, o que é a virtude, é necessário localizá-la no plano de ação, ao mesmo tempo em que se diferencia ela dos vícios. Talvez a posição da virtude em Aristóteles seja uma das mais conhecidas: ela se encontra no meio-termo entre dois vícios, ou dois extremos (COPLESTON, 2021, p. 328). Por exemplo, a virtude da coragem é o meio-termo entre o vício da imprudência (excesso de coragem) e a covardia (carência de coragem)<sup>7</sup>.

Apresentar a virtude como um meio-termo pode subentender que ela não é uma máxima, ou melhor dizendo: como é possível a virtude, aquilo que permeia as ações de máxima bondade e sendo a característica necessária para a boa vida (felicidade), ser um meio-termo e não um ponto máximo? Não seria, então, mais plausível ser o vício por excesso a verdadeira virtude? Aristóteles responde a essas duas perguntas de uma maneira bem simples, argumentando que “(...)a virtude (*αρετή*) tem uma posição dupla. Em relação à dimensão ontológica, ela é um meio-termo (*μεσότης*); em relação à dimensão axiológica, é uma excelência ou extremo (*ἀκρότης*)” (COPLESTON, 2021, p. 329). Assim, a virtude possui o maior valor em relação aos vícios, enquanto afastada ontologicamente de ambos (COPLESTON, 2021, p. 329).

Considerando todas as características do conceito de virtude para Aristóteles seria, então, possível refletir sobre qual seria o melhor tipo de vida, ou aquele que mais entra em consonância com a virtude, o tipo de vida que levará a verdadeira felicidade – o objeto da ética aristotélica. Ao longo de todo o livro da *Ética à Nicômaco*, Aristóteles apresenta elementos do que seria o melhor tipo de vida, até chegar na conclusão, no décimo livro, de entronizar a vida contemplativa como a melhor dentre as outras. A vida contemplativa é pautada pela razão. O motivo pela qual o Estagirita escolhe tal tipo de vida como a ideal se encontra no fato de que, se a felicidade é igual a atividade virtuosa, é plausível que essa seja elencada a especificidade do homem – aquilo que ele possui de mais elevado –, a atividade racional. (ARISTÓTELES, 2014, p. 375).

Por fim, é possível concluir que “(...) é no exercício da razão, e no exercício daquela razão concernente aos objetos mais nobres, que se encontra a felicidade completa do homem, desde que esta se estenda “por um período de anos”. (COPLESTON, 2021,

---

<sup>7</sup> Em alguns casos, sendo abordado em alguns livros *do Ética à Nicômaco*, Aristóteles fica exaustivamente tentando achar palavras ou termos que se encaixe perfeitamente na condição de uma virtude ou de um vício. Como a busca por honra, em excesso é ambição, em falta é desambição, entretanto Aristóteles não encontra um termo preciso para descrever aquele que não é ambicioso ao ponto de ser um vício por excesso nem desambicioso ao ponto de ter um vício por carência.

p. 340). Entretanto, é possível ir além dessa conclusão. Aristóteles parece explicitar um elemento divino que precisa ser cultivado e apontado, ou seja, “tanto quanto possível, devemos tentar afastar nossa mortalidade e fazer tudo que pudermos para viver a vida para a qual aponta o elemento mais elevado de nós.” (COPLESTON, 2021, p. 340). Esse elemento mais elevado pode muito bem ser interpretado, como coaduna com o que foi expresso anteriormente, como o uso da razão e a atividade contemplativa, mais especificamente, a atividade filosofia (ARISTÓTELES, 2014, p. 377).

Cabe apontar que, dentre os objetos da contemplação teórica, encontra-se os objetos da metafísica (COPLESTON, 2021, p. 340). Este ponto entre os objetos da metafísica servirá de “gancho” para os escolásticos e para Santo Tomás, pois se a contemplação teórica é a vida ideal, e a vida ideal é aquela que melhor proporciona felicidade para o homem, logo o objeto mais elevado da metafísica será, por consequência lógica, o fim mais elevado para o homem. E é esse objeto mais elevado da metafísica, enquanto relacionado com a ética, que ligará e servirá de base para os filósofos medievais, ou seja:

O mais elevado objeto da metafísica é Deus, mas na *Ética a Nicômaco* Aristóteles não inclui expressamente a atitude religiosa contida na definição de vida ideal oferecida na *Ética a Eudemo*, a saber, “o culto e contemplação de Deus”. Não há como decidir se ele tinha em mente essa atitude de adoração religiosa no retrato da vida ideal na *Ética a Nicômaco*, ou se ele perdera de vista essa atitude religiosa anterior. Seja como for, esse tratamento da contemplação exerceu grande influência sobre a posterioridade, em especial sobre os filósofos cristãos, os quais naturalmente o consideraram bem adequado aos seus propósitos. A atitude intelectualista de Aristóteles encontra eco no ensinamento de Santo Tomás de que a essência da visão beatífica consiste mais no ato do intelecto do que no ato da vontade, com a explicação de que o intelecto é a faculdade pela qual possuímos objeto, enquanto a vontade é a faculdade pela qual usufruímos do objeto já possuído pelo intelecto. (COPLESTON, 2021, p. 340-341).

Portanto, é possível concluir, ainda que de modo não tão preciso, devido à incerteza do caráter religioso do Filósofo, que a vida direcionada a contemplação de Deus é a proporcionadora da melhor felicidade para o homem. Esta vida contempla o mais sublime objeto da metafísica, e, portanto, coloca o homem o mais perto possível de sua condição mais divina.

Finalizada as explicações e exemplificações acerca da moral/ética para os gregos é possível, então, passar para a ciência econômica, pois “A ética é vista por Aristóteles, portanto, como um ramo da ciência política ou social: podemos dizer que ele trata primeiro da ciência ética individual e depois da ciência política, esta última na Política.”

(COPLESTON, 2021, p. 325). Como será visto no próximo tópico, a economia pode ser localizada entre a moral individual e a ciência política.

### 1.1.2. Como os gregos enxergavam a economia

Antes de adentrar no conceito, na forma e na teoria econômica para os gregos, é interessante partir de um ponto comum, da própria palavra economia - aproveitando a sua raiz etimológica grega. A palavra economia, ou na sua origem *oikonomikos* (*Oikonomikós*), vem da junção do prefixo *oikos*, referente a palavra casa ou lar, com o sufixo *nomos*, que significa administração. Então, economia, como produto da junção das duas outras palavras, significa administração do lar. (CARNEIRO, 2019, p. 21). E esse conceito de economia mudou em conjunto com as transformações históricas, e a definição saiu da administração do lar (*oikonomikos*) até chegar na concepção de economia política, com os clássicos ingleses<sup>8</sup>.

Muito se poderia dizer sobre as diversas concepções econômicas dos antigos gregos<sup>9</sup>, porém é em Aristóteles que melhor se tem uma apresentação daquilo que se pode ter como um agregado de teorias econômicas.

O pensamento econômico aristotélico pode ser traçado em seu livro *A Política*, uma continuação direta do *Ética à Nicômaco* – de tal modo que já se possa esperar uma relação integral entre a ética e a política, e, por consequência a econômica. Além desse livro é possível destacar um outro texto o *Tratado de Economia Doméstica: Como Administrar a Família*, porém esse não se tem certeza se é de autoria ou não de Aristóteles, mas de todo modo, as ideias presentes nele são semelhantes àquelas presentes n’*A Política*.

O elo entre a moral aristotélica e a política pode ser tanto percebido no início do livro *Ética a Nicômaco* com ao disseres que “assegurar o bem de um indivíduo apenas é algo desejável; porém, assegurá-lo para uma nação ou um Estado é uma realização mais

---

<sup>8</sup> A definição de economia mudou ao longo do tempo. Inicialmente, teólogos, filósofos e juristas lidavam com a política econômica, assim a definição de economia vinha adjetivada como “economia política”. Ekelund Jr. e Hébert descrevem a evolução do pensamento econômico como inicialmente tendo, entre os filósofos gregos, uma preocupação com a administração do lar. Em seguida, a economia observou uma preocupação legal entre os pensadores medievais. Até se tornar um subconjunto da filosofia moral no século XVII, e chegar à fisiocracia francesa, às preocupações inglesas com economia política e “heterodoxias” do século XVIII (CARNEIRO, 2019, p. 21-22).

<sup>9</sup> Poderia ser feito toda uma exposição lúdica, como a questão do trabalho presente nos poemas de Hesíodo, ou a apresentação da crítica do dramaturgo Aristófanes (444 a.C-386 a.C) sobre a relação entre economia com a religião. Também seria possível trazer o que os antigos filósofos diziam sobre o tema, como Xenofante (430 a.C – 353 a.C), sendo o primeiro a escrever um tratado sobre economia, com seu livro *Oeconomus*, e Platão, que em na *República* faz um argumento acerca da divisão do trabalho.

nobre e mais divina” (ARISTÓTLES, 2014, p. 47), demonstrado aqui que o objetivo superior da ética é extrapolar-se para o campo política, isto é, do bem comum, a fim de assegurar a felicidade dos cidadãos. No final do livro, após abordar todas as questões referentes a moral individual e suas implicações práticas nas relações interpessoais, o Filósofo demonstra uma inquietação perante a negligência de não ter abordado as questões do campo da política comum, ou seja, “como o assunto da legislação não recebeu a atenção daqueles que nos procederam, será, talvez, melhor realizarmos o seu exame, incluindo a questão da constituição política em geral, de modo a completar, dentro de nossa capacidade, a filosofia do humano”(ARISTÓTELES, 2014, p. 389).

Entretanto, o objeto de análise proposta não foca simplesmente na passagem da ética individual para a constituição dos Estados, senão a matéria econômica, e como isso deriva uma questão, em qual esfera se encontra tal atividade. Ou seja, se ela está mais próxima do âmbito individual ou do âmbito comunitário. Esses questionamentos podem ser respondidos da seguinte maneira: para Aristóteles, a atividade econômica não se encontra na esfera das relações individuais, muito menos se encontra integral na esfera das relações públicas da *polis* grega, mas está em uma posição média entre essas duas esferas. Pode-se dizer que Aristóteles, em consonância com a etimologia da palavra economia, a dispõe como uma atividade do âmbito familiar, e, portanto, posterior as questões individuais, porém anterior as questões públicas. Tal forma de análise se dá pela posição da família entre elas, posterior ao indivíduo – uma família é uma agregação de dois indivíduos, que porventura, tem como um de seus objetivos gerar outros indivíduos –, e anterior a cidade –, pois a cidade é uma agregação de várias famílias. (ARISTÓTELES, 2021, p. 24).

Partindo da concepção de que “a ciência econômica e a ciência política se diferenciam entre si tal como a família e a cidade, que são os objetos específicos de cada uma destas ciências” (ARISTÓTELES, 2021, p. 23), a família é, em sua análise, o sujeito da economia, no sentido em que “os elementos da economia doméstica são exatamente os da família” (ARISTÓTELES, 2017, p. 15). Assim, é possível começar a traçar a definição de economia para o Filósofo e algumas de suas principais contribuições para a ciência – a saber as definições de valor e a questão da moeda.

De modo geral, para Aristóteles, a economia tem um sentido de manutenção. Manutenção da família no sentido material, de ser o meio pela qual os membros da família adquirem os meios para sua própria subsistência. Sendo ela, a princípio, uma arte da aquisição (ARISTÓTELES, 2017, p. 16).

Decerto, após explicitar o objetivo da ciência econômica n’*A Política*, o filósofo continua seu discurso acerca da economia, focando no papel e nos deveres de cada membro da família, e como deve ser a conduta de cada um perante os outros. Porém, logo após todo esse percalço, Aristóteles se volta para a questão econômica, como por exemplo a diferença entre valor de uso e valor de troca<sup>10</sup> e a questão da moeda.

A teoria do valor é uma das teorias mais discutidas na ciência econômica, em especial, presente no debate entre os teóricos do valor trabalho e os teóricos do valor utilidade. Ignorando por agora se Aristóteles chegou mais perto de concluir se o valor é dado pelo trabalho ou se é fruto da subjetividade, fica-se como uma de suas principais contribuições a diferenciação entre valor de uso e de troca. Tal contribuição pode ser abarcada no seguinte trecho, em que:

Toda propriedade tem duas funções particulares, diferentes entre si: uma própria e direta, outra que não o é. Exemplo: o calçado pode ser posto nos pés ou ser usado como um meio de troca; eis, pois, duas maneiras de se fazer uso dele. Aquele que troca um calçado por moeda ou alimento com o que tem precisão de calçados, dele faz justo uso, como calçado, mas não um uso próprio e direto, porque não foi feito para troca. Assim acontece com tudo que se possui, pois nada existe que não possa tornar-se objeto de uma troca; e a permuta tem o seu fundamento na própria natureza humana, porque os homens possuem em maior ou menor quantidade os objetos indispensáveis à vida. (ARISTÓTELES, 2017, p. 24)

Dessa brecha dada pela dupla natureza de um bem, servir como meio de uso ou como meio de troca, é possível evidenciar aquilo que veio a se tornar o meio de troca por excelência, a moeda. Todavia, antes de adentrar na questão da moeda, Aristóteles deixa bem claro, que a troca entre objetos, isto é, o escambo, ou melhor dizendo “Este gênero de permuta não é, pois, contra a natureza, e já não constitui um ramo novo na arte de enriquecer, pois, originalmente, outro fim não tinha que a satisfação da vontade da natureza.” (ARISTÓTELES, 2017, p. 24). Esse trecho, ainda que possa parecer um pouco desconexo com o todo, tem a função de ser uma pequena exortação do que será visto a seguir. Isto é, uma diferenciação entre aquilo que é a arte econômica, daquilo que a arte de enriquecer.

A intensificação das trocas estabeleceu a necessidade de entronizar algo como meio de troca universal. Historicamente, esse meio de troca universal foi se alterando/evoluído ao longo da história, além de também estar ligado as convenções culturais de cada povo. Por exemplo, a utilização de conchas como moeda nas ilhas do

---

<sup>10</sup> Uma diferenciação muito utilizada por Karl Marx n’*O Capital*, que chegou a citar inúmeras vezes o filósofo grego em seu livro.

pacífico, gado na África Central, arroz na Ásia etc. Entretanto, não é sobre a evolução dos meios de trocas que intriga o autor, senão que é – e já partindo do estabelecimento da moeda cunhada em algum metal – as suas consequências para com o meio social após a sua introdução, de modo que “(...)o comércio retalhista, que talvez tenha sido feito primitivamente de um modo muito simples, mas no qual a experiência introduziu mais arte após, quando melhor se conheceu onde se deveria ir buscar os objetos de troca e o que se precisava para ter um lucro maior.” (ARISTÓTELES, 2017, p. 25).

As implicações causais da introdução da moeda na sociedade, sendo mais específico, a sua capacidade de provocar o desejo insaciável por acumulação (avareza), é aquilo que diferencia a arte econômica da arte do enriquecimento. Aristóteles enfatiza essa problemática, pois:

Muitas vezes considera-se como riqueza a abundância de metais cunhados, porque tal abundância representa o objeto da ciência da indústria e do pequeno comércio. Por outro lado, vê-se a moeda como uma vã brincadeira sem qualquer fundamento natural, pois que aqueles mesmos que dela fazem uso podem realizar outras convenções, e a moeda deixará de ter valor ou utilidade, e a um homem rico em metais cunhados faltarão os gêneros de primeira necessidade. Estranha riqueza aquela que, por maior que seja, não impede que seu possuidor morra de fome - como aquele Midas da fábula, cujo desejo cúbido transformava em ouro todas as iguarias que lhe eram servidas. (ARISTÓTELES, 2017, p. 25).

Assim, o autor critica a acumulação de metais, isto é, de dinheiro, ainda que “(..) é a ciência econômica, diferente do pequeno comércio, que produz dinheiro, em verdade, mas não em todos os casos, e sim apenas quando o dinheiro é meio definitivo de troca. A moeda é o meio e o objeto de troca, e a riqueza que resulta dessa arte de adquirir é ilimitada.” (ARISTÓTELES, 2017, p. 26).

Tal crítica possui uma veia mais moral do que propriamente econômica. Ela tem origem na diferença substancial entre as duas atividades já mencionadas, a atividade econômica e a da acumulação, de modo que “o objetivo de um [economia] é a posse, o de outra [acumulação] o aumento dos objetos possuídos, de tal modo que muitos imaginam que o aumento da riqueza é o objetivo da ciência econômica, e persistem na crença de que é preciso conservar ou aumentar indefinidamente tudo o que possuem em metais cunhados.” (ARISTÓTELES, 2017, p. 26). A explicação que o filósofo utiliza para condenar uma em razão da outra convém das implicações que aquela (de acumulação) provoca no espírito humano. Tal atividade, por ter uma capacidade de ser “infinita”, entra em uma consonância desarmoniosa, segundo Aristóteles, com os, também, infinitos prazeres desordenados do corpo. Desse modo, a crítica a atividade de

acumulação não é senão uma crítica à sua possibilidade de inflamar aquilo que mais de baixo pode ter no homem (ARISTÓTELES, 2017, p. 26).

Por fim, outra maneira de enxergar um império da moral para com a economia em Aristóteles pode ser vista em sua crítica a usura, ainda que essa crítica a princípio possa parecer uma crítica a natureza da usura – devido à natureza infértil do dinheiro. Porém, mesmo que essa incongruência acerca da natureza da moeda seja exposta, ela não acaba com a atividade usuraria. Desse modo é necessária uma imposição moral em cima dessa atividade e enfatizando a real funcionalidade da moeda, ser um meio de troca, e não um meio de se auferir lucros (ARISTÓTELES, 2017, p. 27).

## 1.2. Patrística

A patrística é o segundo pilar sustentador do pensamento de Santo Tomás – isso sem contar a influência das Sagradas Escrituras, ainda que seja possível atribuir aos teólogos da patrística as exegeses bíblicas que foram utilizadas como base tanto por Tomás como pelos demais escolásticos. Sua terminologia remete aos primeiros padres da Igreja Católica, em uma linha temporal que vai do primeiro século, passando pelo fim do império romano, e chegando até a transição por completo da idade clássica para a Idade Média (por volta do século VIII). Devido a sua extensão, tanto em período temporal, quanto em número de autores, é plausível colocar em destaque aquele que é tido como o maior expoente da patrística, Santo Agostinho.

Antes de adentrar no pensamento de Agostinho é preciso destacar alguns temas relevantes para o pensamento patrístico como um todo. A princípio, dentro de toda a imensa bibliografia dos padres da igreja é possível destacar como um dos principais temas, senão o principal, a relação entre a fé e a filosofia (ou razão). Dois pontos precisam ser evidenciados em torno dessa relação, o primeiro acerca do limite entre os dois saberes superiores:

No primeiro período cristão, todavia, não havia uma clara distinção entre filosofia e teologia. A situação era a seguinte. Os escritores da era patrística tentaram entender, expor de modo claro e sistematizar, até certo ponto a religião cristã: sua atitude pode ser resumida na famosa sentença latina, *Credo ut intelligam*, “Acredito a fim de entender”. Também tentaram interpretar o mundo, o próprio homem e a história humana à luz da fé cristã. Eles assim se ocuparam (numa medida que variava individualmente) com temas que, em termos da posterior distinção entre teologia e filosofia, seriam chamados de temas filosóficos. (COPLESTON, 2017, p. 21).

Um ponto interessante a ser transposto do trecho acima, e relevante para compreensão de Santo Agostinho, e da escolástica, é de que a relevância da teologia – ou

sendo mais exato, da Revelação Divina – não ficou limitada à filosofia, mas transbordou para demais saberes humanos.

O segundo ponto de destaque é referente a não homogeneidade da opinião dos padres da igreja mediante a filosofia. Ou seja, alguns defendiam a filosofia como um meio preparatório para o cristianismo – tal como é o caso de Santo Agostinho –, enquanto outros a atacavam e a chamavam de inimiga da igreja (COPLESTON, 2021, p. 500-501).

As duas características supracitadas são relevantes para pensar a teoria moral, pois esta estará também ancorada em questões teológicas. De maneira simples, a moral na visão patrística consiste na vinculação dos atos morais ao ato voluntário – no sentido de livre arbítrio. Além disso, é interessante ressaltar a continuidade da ideia grega de direcionamento para o fim último – como é a Eudaimonia para Platão, que influenciou diretamente o pensamento de Santo Agostinho (COPLESTON, 2017, p. 32). Assim, é possível afirmar que:

(...) os moralistas cristãos procuraram primeiramente vincular o valor moral ao ato voluntário, como sendo esta sua raiz; que eles reuniram as noções de beleza e de honra numa noção mais abrangente, a de bem, e depois vincularam o bem diretamente a um princípio transcendente, que merece a honra em si e em absoluto, mais verdadeiramente que a virtude, e em relação ao qual apenas a virtude o merece. A alma de um homem de bem é, portanto, aos olhos dele bela e digna de ser honrada, por ser virtuosa, mas a virtude mesmo só é digna de honra por dirigir o homem a Deus. Logo, ela não é mais o bem supremo, o *nec plus ultra* que era para os gregos, a condição suficiente e incondicionada da moralidade. (GILSON, 2006, p. 395-396)

Tendo essa pequena exposição do que é compreendido por moral pelos padres da igreja, é possível passar para aquilo que Santo Agostinho propriamente veio a definir como sua teoria acerca da moral – com o intuito de correlacionar com a matéria econômica.

### 1.2.1. Moral em Santo Agostinho

Dentre os temas abarcados na obra de Santo Agostinho<sup>11</sup>, além da teoria moral, é possível destacar suas reflexões sobre o tema do conhecimento<sup>12</sup>, além disso, também

---

<sup>11</sup> “Santo Agostinho de Hipona (354-430), nasceu em Tagaste, no norte da África, filho de uma católica devota, Santa Monica, com um pai pagão, Patricius. Entretanto, Agostinho nem sempre foi um exemplo, nos moldes de um santo cristão, vindo a ser antes disso um libertino – como relatado em seu livro ‘As Confissões’ – e um seguidor da heresia dos maniqueus. Sua conversão e retomada ao catolicismo só veio a meia idade, quando teve contato com os Sermões de Santo Ambrósio, e daí por diante veio a se tornar o famoso bispo de Hipona, cidade onde viera a falecer em 430, e começou a trilhar seu caminho rumo a santidade.” (COPLESTON, 2021, p. 523-531).

<sup>12</sup> “Agostinho teve forte interesse em problemas ligados ao conhecimento. Que a mente humana pode alcançar a certeza era para ele um fato fora de qualquer dúvida racional. A reflexão convencerá qualquer homem, ele dizia, de que não pode duvidar de sua própria existência, e de que não pode estar enganado ao

é interessante destacar suas formulações acerca da existência de Deus, pautada pelas verdades eternas<sup>13</sup>.

Tudo posto, pode-se partir para a moral agostiniana, que a princípio tem um caráter eudaimônico, o que a correlaciona com os gregos, no sentido em que ambas estão predispostas a aceitar a felicidade como a finalidade última das ações humanas. No entanto, tal felicidade para Agostinho só é alcançada quando se vai ao encontro de Deus (COPLESTON, 2021, p. 559). O elemento divino é uma divergência da moral agostiniana para com a moral grega, pois para ele:

Nem as próprias virtudes constituem um fim em si mesmas: “Não é a virtude da tua alma que te torna feliz, mas Aquele que a concedeu a ti, que te inspirou a vontade e deu a faculdade de agir”. Nem o ideal epicurista nem o estoíco trazem felicidade ao homem, senão somente o próprio Deus: “Buscar a Deus é, portanto, desejar a beatitude; alcançá-lo a Ele é a mesma beatitude”. (COPLESTON, 2021, p. 547)

Essa negação das virtudes como fins em si mesma, tal como pode ser compreendido em Aristóteles, em conjunto com a repulsa a moral hedonista dos epicuristas e fatalistas dos estoicos, coloca a moral agostiniana como diretamente associada à Revelação Divina. Ela pode ser transcrita como uma moral do amor, no sentido em que é somente o amor pelo Bem Supremo, Deus, aquilo que pode garantir a felicidade para o homem, e com isso é possível condensar que:

A ética agostiniana é, em primeiro lugar, uma ética do amor: é pela vontade que o homem se põe na direção de Deus e logra, por fim, possui-lo, frui-lo. “Quando a vontade, bem intermediário, busca o bem imutável..., o homem encontra aí a vida bem-aventurada”; porquanto se Deus é, para o homem, bem supremo... e viver consiste em buscar o supremo bem, logo viver bem não é senão amar a Deus de todo coração, de toda alma e de todo entendimento. (COPLESTON, 2021, p. 559-560)

---

pensar que existe. Com sua famosa frase, ‘Se estou enganado, eu existo’, Agostinho antecipou Descartes.” (COPLESTON, 2017, p.27).

<sup>13</sup> “O ponto de partida desta prova está na apreensão de verdades necessárias e eternas pela mente, verdades que ‘tu não podes dizer tuas, ou minhas, ou de alguém em particular, mas que se apresentam e se oferecem a todos indistintamente’. Verdade, a rigor, posta acima da mente, uma que esta deve curvar-se perante àquela e mandá-la: com efeito, a mente não a constitui nem pode mandá-la; se estivessem no mesmo nível, ou fossem dotadas das mesmas características, a verdade seria mutável como a mente é. (...)As verdades eternas devem estar fundadas no próprio ser, a refletir o princípio de toda verdade, assim como a imaginação reflete partes de imperfeição e mutabilidade características da mente humana, na qual se fundam, e assim como as impressões sensíveis refletem os objetos corpóreos em que têm sua própria origem, assim também as verdades eternas dão a conhecer o seu princípio, a própria verdade, a refletir o necessário e o imutável de Deus.” (COPLESTON, 2021, p. 547)

A questão aqui proposta é como relacionar essa teoria moral com a economia. É possível destacar duas teorias de cunho econômico, sendo uma delas estritamente relacionado a questão moral e outra referente a teoria do valor.

### 1.2.2. A economia em Santo Agostinho

Dentro da ciência econômica é possível levantar algumas questões que abarquem toda a sua estrutura. Como exemplo, as questões acerca do “qual bem escasso é mais preferível?”, “como determinado bem escasso deve ser produzido?”, “como determinado bem escasso deve ser trocado?” etc. Perguntas, que muitas vezes cercam os âmbitos do valor, produção e trocas, mas é possível emergir um novo questionamento, que muitas vezes passa a despercebido, o de “para quem os bens escassos devem ser destinados?” (MUELLER, 2021, p. 45-47).

O “para quem?” é “a teoria da ‘distribuição final’ [que] descreve doações pessoais (bem como seu oposto, os crimes) e seu análogo social, a justiça distributiva. Os ‘fins’ ou propósitos de nossas ações são sempre pessoas (incluindo nós mesmo), cuja importância relativa (primeira, segunda, terceira etc.) nós expressamos distribuindo entre elas o uso, ou consumo, de nossos bens humanos e não humanos.” (MUELLER, 2021, p. 45). A conexão entre a teoria distributiva com a moral agostiniana pode ser assim compreendida:

Nossa valoração das coisas, não de acordo com seu valor intrínseco<sup>14</sup>, mas de acordo com o seu valor para nós, envolve a escolha de fins e meios. Nossa categorização das pessoas como os fins de nossa atividade econômica está expressa em nossa distribuição de bens entre elas para o uso final, enquanto utilidade é nossa categorização de tais bens como meios. (MUELLER, 2021, p. 50)

Se as pessoas são a finalidade de nossas ações econômicas, é necessário ter um método de escolha para distribuir os recursos para determinadas pessoas. Aristóteles, por exemplo, utiliza do que ele chamou de “justiça distributiva”, em que cada recurso era distribuído mediante o mérito e importância de cada parte envolvida em determinada atividade (MUELLER, 2021, p. 51). No entanto, ainda que esta formulação de Aristóteles seja útil, no âmbito do que cada um tem de direito de riqueza mediante uma atividade, ela ainda é incapaz de explicar o todo das relações humanas – em especial a doação. E é nessa falta que entra Santo Agostinho, pois:

(...)sem uma teoria da distribuição pessoal, o valor prático desta análise fica limitado, pois não pode explicar por que ou como os indivíduos formam

---

<sup>14</sup> Nesse trecho o autor diferencia valor intrínseco de valor utilidade, um meio de diferenciação agostiniano, que será abordado no segundo ponto econômico do autor.

famílias ou ingressam em comunidades políticas e (com exceção das sociedades comunistas) os bem políticos comuns normalmente representam uma minoria da riqueza total da comunidade. Agostinho, por outro lado, nos deu uma teoria de distribuição pessoal ao observar que toda pessoa humana, em virtude da sua natural interdependência com outras pessoas, também tem um princípio que rege a distribuição do uso de sua riqueza entre si e outrem: o grau de seu amor por outras pessoas com relação a ela mesma. (MUELLER, 2021, p. 51-52)

Nesse sentido, a relação da economia com a teoria moral de Agostinho não está propriamente em seu caráter mais transcendental, de busca e amor por Deus, mas na relação entre as pessoas, de modo que:

(...)depois de citar as palavras de Cristo registradas por São Mateus, quais sejam “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento” e “amarás o teu próximo como a ti mesmo”, Santo Agostinho observa que nelas se encontra a própria “filosofia natural, uma vez que a totalidade das causas de todas as coisas acha-se em Deus Criador”, e que “também aí está a ética, que uma vida honesta e boa não consiste senão em amar como se deve o que é verdadeiramente digno de amor, a saber, Deus e o próximo. (COPLESTON, 2021, p. 560)

A ilustre frase presente no Evangelho de Mateus “Amarás o teu próximo como a ti mesmo (MT 22:39)” resume muito bem a doutrina da distribuição pessoal do Santo Doutor, pois nela encontra-se os dois possíveis destinos de uma ação econômica. O primeiro destino, mediante o amor por si, e o segundo mediante o amor pelo próximo. A partir de tal escolha, que não pode ser senão moral, pois a escala de preferências por pessoas – incluindo a ti mesmo – é uma escala que só pode ser mensurada mediante a moral e o amor.

Tal mensuração pode ser feita, ou observada, de maneira econômica. Um exemplo diz respeito à doação ou venda de bens: àqueles a quem damos os bens adquiridos de maneira gratuita, pode ser considerado como uma pessoa amada – como em uma relação entre mãe e filho –, enquanto em uma situação em que é preferido vender ou trocar um bem com outro, pode-se dizer que a pessoa é não amada (não no sentido de ser odiada, mas de estar em um grau de indiferença) – como o é a relação entre um comerciante e um comprador (MUELLER, 2021, p.53). Tendo tudo isso em mente, é possível destacar que:

Agostinho, dificilmente, foi o primeiro a dizer que as pessoas devem ser tratadas como fins, e não apenas como meios. O que distingue Agostinho como analista é sua observação de que todo ser humano, na verdade, sempre age tendo algum(s) pessoa(s) como fim último ou propósito de sua ação. Filósofos anteriores, incluindo Aristóteles, debateram em qual bem repousava a felicidade. Se estava em amealhar a maior riqueza, fama, conhecimento, virtude moral ou prazer (a cada resposta definiu uma escola diferente de filosofia moral). Mas Agostinho cortou tudo isso. Diz-se que um avaro ama o dinheiro como seu bem mais precioso, observou Agostinho – mas ainda assim ele o reparte para comprar o pão e continuar a viver, mostrando assim

que sua motivação mais profunda é o amor a si mesmo, não o dinheiro. Mas não é verdade que todo ser humano age para si mesmo. Isso é precisamente o que cada pessoa é livre para decidir. Cada escolha econômica, é, portanto, uma escolha moral. Em outras palavras, cada um de nós tem não apenas uma escala de preferências por bens instrumentais como meios, mas também uma escala de preferências por pessoas como fins de nossas ações. (MUELLER, 2021, p. 52).

Por fim, Agostinho também abordou a questão dos bens e sua valoração em sua obra, sendo sua contribuição mais conhecida para a economia. Ele desenvolveu uma teoria do valor, que pode ser caracterizada como uma contribuição para a teoria do valor subjetivo, uma vez que o santo dividiu as hierarquias de valores em duas categorias distintas. A primeira categoria referente a hierarquia de valores conforme eles são em relação a Criação, e a segunda referente a hierarquia de uso/estima humana para com os entes (AGOSTINHO, 2013, p 40-41). Sendo a segunda a de uso econômico, pois dessa forma os valores não são dados segunda sua natureza – aspecto objetivo –, mas senão que da estima humana para com os entes, um aspecto subjetivo, uma vez que a apreciação por algo varia de pessoa para pessoa.

## 2. A ESCOLÁSTICA E SANTO TOMÁS DE AQUINO

Antes de adentrar nas contribuições da escolástica e de Santo Tomás de Aquino, é interessante apresentar a razão pela qual a escolástica não foi colocada dentro do bojo da gênese do pensamento de Aquino. Um possível argumento para alocação dela no capítulo anterior poderia ser dado na fatualidade da escolástica não ter surgido com Aquino, senão que ela já tivera grandes expoentes antes do nascimento dele, como o caso de São Alberto Magno (1193-1298), Santo Anselmo da Cantuária (1033-1109). Em contraposição, ela se encontra nesse capítulo, isto é, em conjunto com Santo Tomás, por um motivo mais simples, a de correlação mais estreita entre os temas e a maneira de abordagem, além de sua proximidade temporal – a distância entre Tomás e Agostinho é aproximadamente oitocentos anos enquanto para o primeiro escolástico, Santo Anselmo, é de apenas 200 anos – de forma a ser mais fácil abordá-los em um mesmo capítulo.

### 2.1. A ESCOLÁSTICA: ASPECTOS GERAIS

A escolástica foi uma escola filosófica católica, que teve seu auge entre a segunda metade e o final da Idade Média. Sendo seu principal objetivo conciliar a fé com a razão. A partir dessa tentativa de conciliação, muitos escolásticos trouxeram à tona a filosofia grega, em especial Aristóteles – uma vez que Platão já era recorrente no meio religioso, muito por conta da patrística. De forma concisa, e segundo o Dicionário de filosofia de Abbagnano, é possível definir a escolástica:

Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade. Portanto, a Escolástica literalmente, significa filosofia da escola.

O problema fundamental da Escolástica é levar o homem a compreender a verdade revelada. A Escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica) com vistas ao acesso à verdade religiosa, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, apresentando um arsenal defensivo contra a incredulidade e as heresias. A Escolástica, portanto, não é uma filosofia autônoma, como, p. ex., a filosofia grega: seu dado ou sua limitação é o ensinamento religioso, o dogma. (ABBAGNANO, 2007, p. 344).

Mediante isso, pode-se destacar alguns autores que se destacaram durante esse período, como São Alberto Magno (1193-1298), Santo Anselmo da Cantuária (1033-1109), São Boaventura (1221-1274), João Duns Scotus (1266-1308), e Santo Tomás de Aquino (1225-1274).

Tendo como base esses autores, é possível extrair todo o escopo da teologia e filosofia escolástica. Os principais temas tratados são os acerca a existência de Deus, problemas metafísicos – em especial a questão dos universais –, exegese bíblica, além de temas morais e científicos (ciência natural). Um ponto interessante é que todos esses temas não eram tomados de maneira isolada, senão que o eram vistos como um todo – e isso é muito característico do período medieval. Não como um todo desordenado, no ponto de haver conflitos entre os diversos saberes, mas de forma ordenada, em que os conhecimentos mais elevados tinham, tanto mais importância quanto pautava a veracidade dos outros conhecimentos. Dessa forma:

O pensamento escolástico construiu um grande edifício do conhecimento. No seu ápice estava a teologia, a rainha das ciências. Abaixo estava a filosofia, serva da teologia, subdividida em três níveis sucessivos:

1. Metafísica;
2. Filosofia moral e ciências racionais (ética, direito, matemática) e, por fim;
3. Filosofia natural, compreendendo as ciências naturais, que dependia diretamente da observação empírica.

Desse modo, havia uma hierarquia de verdades no conhecimento humano. Primeiro as certezas empíricas, vindas da observação, situadas num primeiro nível de abstração. Depois as certezas da razão, subdivididas no segundo nível de abstração (matemática) e no terceiro nível (metafísico), o maior de todos. Havia ainda um critério extrínseco de verdade que era a Revelação e sua ciência – a teologia, vinculada ao magistério eclesiástico. Se uma afirmação fosse falsa na teologia, não poderia ser verdadeira na filosofia. Se uma afirmação não fosse verdadeira em metafísica, não poderia ser verdadeira em matemática, moral, direito ou ciência naturais. Se uma afirmação não fosse falsa em matemática, não poderia ser verdadeira em ciências naturais. Era uma forma de pensar integradora dos saberes, avessa à fragmentação, comum nos tempos atuais (LIMA, 2001, p. 53-54).

Tal hierarquização é o que pressupõe o conhecimento da moral mediante a ciência econômica. No entanto, isso não se limitava somente à economia, senão que a todas as outras ciências<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> “Durante o período escolástico, quase todas as análises científicas eram feitas a partir da ética. Os doutores lidavam com todo o espectro das ações humanas e, conseqüentemente, também indagavam acerca da bondade ou da maldade desta ou daquela ação ou legislação econômica. Uma pessoa tem direito de exigir juros em troca de um empréstimo? Qual o preço que pode ser cobrado pelas mercadorias? O lucro é justo? É bom ou mau que o governante aumente a quantidade de moeda? É pecaminoso sonegar impostos? O contrabando é imoral? Para responder essas perguntas de ‘*dever ser*’, não há outra coisa a fazer senão, primeiramente, conhecer como os preços são determinados, qual a natureza da taxa de juros, como os lucros se formam e quais são as causas e os efeitos da inflação. Ou seja, os moralistas medievais tiveram de adotar uma atitude de cientistas da economia. Se, por exemplo, os efeitos da inflação monetária são prejudiciais para a moral, então deverão ser condenadas as ações e as ideias que produzem este fenômeno (as ações que levam a produzir um fato moralmente mau também o são, na maioria dos casos).” (CHAFUEN, 2019, p. 83).

### 2.1.1. A Moral Escolástica

A partir do previamente exposto, é possível refletir sobre o conceito de moral para os escolásticos. De modo conciso, pode-se afirmar que é uma moral cristã; e com isso vem uma pergunta, o que seria uma moral cristã? Uma pergunta na qual a resposta se acha em um dos termos da própria pergunta, o termo cristão. Por cristão subentende todo aquele que segue Jesus Cristo e os seus ensinamentos pregados em vida – e pós sua Ascensão aos Céus, seguindo os seus sucessores, os apóstolos e, posteriormente, o papado –, de forma a aceitar a seguinte passagem do Evangelhos “Eu sou o caminho, a verdade e a vida: ninguém vai ao Pai se não for por mim. Se me conhecêsseis, conheceríeis também ao Pai” (JO 14: 6-7). E é a partir de Cristo, mediante uma necessidade histórica de formar um sistema de crenças concreto, em que o cristianismo se vê ao ponto de formular sua moral, o que sintaticamente pode ser compreendido da seguinte forma:

A moral cristã é a justificação da ação do ponto de vista da fé cristã. Os antigos judeus tinham a Torá, a lei de Moisés, que era a norma na qual se pautava a sua práxis. Os primeiros cristãos tinham o Evangelho. A expansão do cristianismo o fez se defrontar com a cultura helenista. Isto obrigou a sistematizar seus conteúdos em forma de doutrina e desenvolvê-los. O cristianismo formou uma teologia, uma sistematização racional dos conteúdos da fé. Esta sistematização organiza os conteúdos da fé em vários temas, entre os quais está a teologia moral. O seu objeto é a práxis cristã. O que quer dizer para o cristão fazer o bem e evitar o mal? Em que consiste a conduta correta? Esta são as suas questões fundamentais. (LIMA, 2001 p. 43)

Tendo o conhecimento genealógico, é possível passar para sua estrutura e finalidade. Sua estrutura é pautada tanto pelos dogmas teológicos do catolicismo, como a crença em um Deus pessoal, a doutrina revelada, os mistérios de Cristo, os mandamentos etc. quanto pela filosofia moral. Com esses dois universos em sua estrutura formal é que surge sua finalidade, a de fazer uma síntese entre a teologia moral e a filosofia moral, uma clássica união entre a fé e a razão. (LIMA, 2001, p. 44).

### 2.1.2. Economia Escolástica

Com o conhecimento do que é a moral para os escolásticos, é possível avançar no assunto e a relacionar com a economia. O primeiro entreposto a ser percebido mediante uma visão católica da economia é como ela trata essa ciência. Ela não é tratada de modo como os modernos a tratam, como um sistema mecânico de fluxos – muito devido as influências de Descartes, Newton e dos iluministas –, mas como um sistema humano, no sentido em que são as ações humanas cotidianas, o fator mais essencial. Se as ações humanas são o fator essencial na economia, e a ação humana em si sendo o objeto de

estudo da moral, logo é plausível que a economia de modo subsequente seja influenciada pela moral, ou seja:

Não se pode querer que a igreja trate a economia como a Teoria dos Jogos de John Nash, basicamente sustentada por cálculos e ganhos relativos. A igreja pesa a ética e a justiça muito acima de ganhos relativos. Além disso, a Igreja centra seus preceitos no indivíduo, e não na sociedade. É a partir da conversão dos indivíduos que a Igreja busca a conversão da sociedade. (CARNEIRO, 2019, p. 143)

Assim, assuntos econômicos, tais como a questão do trabalho, da solidariedade, das trocas, da propriedade etc. ficam permeados por elementos de cunho moral do devir (LIMA, 2001, p. 44-45). Um exemplo simples é a do salário, em que o que entra em voga não é somente sua justa remuneração no sentido relacional entre o empregador e o empregado – já sendo um aspecto da moral, o justo recebimento em detrimento de um esforço e de honra de um contrato –, mas também da questão de dignidade do trabalhador de ter um salário que seja digno para sustentar a sua família. Tal subordinação só pode ser compreendida a partir da finalidade de toda a sociedade medieval católica, a da busca por Deus (LIMA, 1956, p. 120). A fim de alcançar tal objetivo, a economia deve servir ao homem, a todos os homens<sup>16</sup>.

Com a economia católica sendo imersa pela moral, de modo que não é possível compreendê-la sem ter conhecimentos prévios daquilo que a moral tem a dizer, a escolástica vem como o seu exemplar mais clássico dessa subordinação. Tratando de maneira direta a economia como parte da moral, podendo ser traçado até mesmo um paralelo com o “primeiro” economista, Adam Smith, que também foi um filósofo moral:

A escolástica voltou-se para vida econômica do seu tempo e tratou da economia como parte da moral. Conseguiu abranger todos os fenômenos do capitalismo nascente e refletir sobre eles. O seu trabalho serviu de base para o trabalho analítico dos que a sucederam, incluindo Adam Smith. Os negócios, como eram chamados os assuntos econômicos em diversas obras escolásticas, abrangiam as relações de troca de compra e venda de mercadoria (*emptio-venditio*), câmbio de moedas (*permutatio pecuniae*) e empréstimo (*mutuum*). (LIMA, 2001, p. 66)

Entretanto, por mais que a economia seja dependente da moral, ela ainda tem uma certa autonomia. Se ela fosse totalmente dependente, não teria sido necessário a insurgência de um campo de estudo específico para essa ciência, pois as respostas as

---

<sup>16</sup> “Os bens econômicos devem servir, tanto quanto os bens sociais, para que o homem atinja sua finalidade metafísica. No século XV, já na aurora do Renascimento, no momento em que toda doutrina econômica do cristianismo começava a vacilar em face do neo-paganismo que repontava – Santo Antonino de Florença escreve em sua Summa Moral uma frase que resume todo o cristianismo econômico – ‘a produção existe para o homem e não o homem para a produção’”. (LIMA, 1956, p. 121)

problemáticas levantadas dentro desse âmbito poderiam muito bem ser resolvidas somente pela aplicação da conduta moral, o que não ocorre em prática.

A economia, nesse sentido, é como bem explica o padre Meinvielle uma “(...)relação entre dois termos – atividade humana e bens úteis – não pode, em nenhum momento, independe-se nem da própria atividade do homem – tal como podem fazê-lo as artes – nem dos objetos exteriores, como pode fazê-lo a moral.” (2020, p. 42). Arte por aqui subentende todas as atividades relacionadas a técnica, ou seja, que quando feitas são independentes de qualquer conduta moral. Por exemplo, um bom machado pode ser feito tanto por um Santo quanto por um criminoso, a conduta moral individual em nada interfere na confecção desse equipamento, mas sim a sua habilidade em produzi-lo. Enquanto a parte moral é referente as condutas nas relações interpessoais.

Juntando os dois extremos, encontra-se a economia, em que se “(...)compreende aquelas relações em que a atividade humana individual, familiar e social-política põe-se em contato com realidades exteriores para tirar-lhes a maior utilidade com menor esforço.” (MEINVIELLE, 2020, p. 42). Fazendo da economia uma das ciências humanas mais complexas<sup>17</sup>, e é no meio dessa complexidade que se pode situar o pensamento escolástico, pois:

O tratamento conceitual preciso e minucioso, a lógica da exposição e o enquadramento sistemático das matérias favoreceram o desenvolvimento desta ciência que depois veio a se chamar economia. Os escolásticos perceberam a autonomia dos fenômenos econômicos, embora a ciência econômica deles estivesse intrinsecamente vinculada à moral. (LIMA, 2001, p 66-67)

Tendo citado anteriormente alguns pontos de interesse da economia escolástica, e já sabendo de todos as nuances entre ela e a moral, é possível afunilar em alguns temas, como a questão da justiça e da usura, com intuito tanto de conhecer mais as análises econômicas de tais autores como um todo, quanto de apreender ainda mais a sua relação para com a moral.

---

<sup>17</sup> “A complexidade destes termos [técnica e moral] faz da economia umas das ciências humanas mais difíceis, porque, por um lado, exige o conhecimento de tudo quanto se refere à atividade humana e como esta pode ser individual, familiar e política; requer o conhecimento das ciências psicológicas, morais e sociais que se ocupam dessa atividade. Ademais, não baste o conhecimento da atividade humana, assim em geral e abstratamente, senão do homem enquadrado numa realidade geográfica e histórica determinada. Por outro lado, requer o conhecimento cabal das possibilidades de bens úteis de um povo, dado o estado do mercado e o seu nível de desenvolvimento e dos outros povos do mundo. Finalmente, como a economia consiste necessariamente numa relação entre atividade humana e bens úteis, é uma ciência que precisa estar continuamente atenta aos infinitos fatores mutáveis de um e de outro extremo para determinar, em cada momento, a atividade humana e os bens econômicos específicos, aquele ponto ótimo de conjunção.” (MEINVIELLE, 2020, p. 42-43).

A justiça é uma das quatro virtudes cardeais. Antecipando um pouco Santo Tomás de Aquino, pois é conveniente citá-lo perante a formulação da definição de justiça, que de maneira direta pode-se dizer que “(...) a justiça é um hábito pelo qual, com vontade constante e perpetua, atribuímos a cada um o que lhe pertence” (AQUINO, 2017, p. 372). Uma definição muito semelhante a presente no *Ética à Nicômaco*<sup>18</sup>. Disto é possível abstrair duas características da justiça, a de ser sempre relativa a outrem, pois “(...) o nome da justiça, implicando a igualde, está em a natureza da justiça ser relativa a outrem; pois nada é igual a si mesmo, mas a outrem.” (AQUINO, 2017, p. 373), e a de dar a esse outro o que é devido.

Com isso, tem-se uma característica ímpar na sociedade medieval, uma característica que lhe é quase exclusiva devido a ela ser pautada pela natureza da filosofia escolástica e da fé cristã, a de dar mais valor à justiça social do que ao equilíbrio econômico. Isso fica suposto tanto na justiça distributiva quanto na comutativa, pois:

A questão fundamental para eles não é o equilíbrio do sistema econômico, mas a justiça na sociedade, incluindo as relações de troca. O princípio de sua doutrina é determinar as normas de equidade que devem governar as relações sociais e econômicas. Estas normas são reguladas pela justiça distributiva e pela justiça comutativa, como explica Santo Tomás. A justiça distributiva determina a repartição da renda comum entre as pessoas.

(...) A justiça comutativa funda-se na liberdade de troca e na igualdade de bens trocados. (LIMA, 2001, p. 68)

A proibição da usura talvez seja a questão econômica mais conhecida da Idade Média; no entanto, nem sempre é sabido o racional dessa proibição. Normalmente, são citadas as inúmeras passagens da Bíblia na qual a usura é condenada, como é o caso da proibição no Velho Testamento “Se um irmão teu se arruinar e não puder manter-se, tu o sustentaras para que viva contigo como o migrante ou o empregado. Não exijas dele juros nem sobretaxas. Respeita teu Deus, e viva teu irmão contigo. Não lhe emprestarás dinheiro com juro, nem imporás sobretaxas a seu sustento.” (Lv 25:35-38). Como também o é no Novo Testamento em que “Se emprestais quando esperais cobrar, que mérito tendes? Também os pecadores emprestam para recuperar ouro tanto.” (Lc 6:34)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Semelhança essa que não é uma coincidência, pois no trecho posterior, Santo Tomás diz o seguinte: “Definição quase idêntica à do Filósofo, quando diz: a justiça é um hábito que nos faz agir escolhendo o que é justo” (AQUINO, 2017, p. 372).

<sup>19</sup> Uma outra passagem da Bíblia também é costumeiramente citada, porém, como num pretexto de legalização da usura, que é a passagem presente no livro de Deuteronômio: “Não cobres juros de teu irmão: nem sobre dinheiro, nem sobre alimentos, nem sobre qualquer empréstimo. Poderás cobrar juros dos estrangeiros, mas não do teu irmão.” (Dt 23: 20). Porém essa questão é solucionada da seguinte maneira pelos cristãos: os conceitos-chaves dessa passagem são as definições de irmão e de estrangeiro, que para a época era uma diferenciação até simples de ser feita, como irmãos tem-se o povo eleito por Deus e o resto é estrangeiro. Porém, após a vinda de Cristo, isso muda, e com isso “todos vós sois irmãos” (Mt 23: 8);

No entanto, além da condenação provinda dos Evangelhos – que para o espírito da época era a maior causa de condenação possível, pois o discurso divino não pode estar errado, pelo simples fato ser o que de mais elevado e sublime que existe –, é também possível destacar mais dois fatores dentro dessa condenação, um mais voltado para o âmbito moral, enquanto o outro está no metafísico. A condenação moral é mais simples, e parte da noção de justiça para com o outro, pois devido:

A usura, na Antiguidade Média, era o preço cobrado por um empréstimo. Era o acréscimo da dívida em razão do tempo transcorrido. Tudo o que se recebia a mais por um empréstimo era usura.

(...)Cobrar por um empréstimo é querer beneficiar-se da necessidade e da fragilidade do outro. É inaceitável para um cristão ou qualquer pessoa de bem. (LIMA, 2001, p. 71)

A razão metafísica para a condenação da usura se encontra na diferença entre a natureza do tempo e do dinheiro. Para os escolásticos, o tempo não causa nada; é um fator neutro, o que pode parecer meio incongruente a princípio, devido ao caráter mutável de todas as coisas materiais – uma característica perceptível muito em razão do próprio tempo –, porém, a continuação da explicação é que as mudanças são decorrentes dos fatores atuantes no tempo, e não do tempo em si. Devido a esse fator, o dinheiro se torna estéril, pois, como não é o tempo que altera as coisas, um determinado montante de dinheiro deixado a ação dele não sofrerá nenhum tipo de alteração devido a ele. Dessa forma, o dinheiro se torna estéril (LIMA, 2001, p. 71-72).

Após essa breve exposição da escolástica e do que veio a ser sua economia, é possível aprofundar em alguns de seus autores. Como não seria possível abordar todos os escolásticos, devido ao grande número de autores durante esse período, pode-se fixar no autor mais conhecido entre eles, Santo Tomás de Aquino.

## 2.1. SANTO TOMÁS DE AQUINO

Santo Tomás de Aquino (1225-1274) foi um frade dominicano natural de Roccasecca, atual Itália. Mesmo tendo nascido em “berço de ouro” negou todas as suas regalias para viver a sua vocação religiosa dentro de uma ordem medicante. Veio a falecer com somente 49 anos, mas a morte “prematura” não condiz com uma curta bibliografia, senão que o contrário, Santo Tomás nesses 49 anos chegou a escrever por volta de mais de sessenta livros. Dentre seus livros escritos estão as amplamente conhecidas *Summas* – as mais conhecidas sendo a *Suma Teológica* e a *Suma contra os Gentios* –, pelo seu

---

fazendo agora do estrangeiro presente na passagem não ficar mais à mercê de sofrer por usura, pois agora sua condição de irmão anula sua condição de estrangeiro.

método argumentativo, pelo “batismo” de Aristóteles e pelas disputas em forma de livros contra os Averroistas. (CHESTERTON, 2020). Os assuntos discutidos nesses diversos livros vão desde as clássicas questões acerca da existência de Deus, problemas metafísicos, epistemológicos até questões sobre guerra justa, direito, moral e economia (COPLESTON, 2017, p.88).

### 2.2.1. Teoria Moral em Santo Tomás de Aquino

Para compreensão da teoria moral de São Tomás, a fim de adentrar em sua teoria econômica, cabe inicialmente destacar um trecho retirado da biografia de Santo Tomás escrita por Chesterton (1874-1936), em que é destacado a importância do Doutor Angélico<sup>20</sup> para a ciência econômica:

Se esta fosse uma obra polêmica, capítulos inteiros poderiam ser dedicados à economia e à ética do sistema tomista. Seria fácil mostrar que, nessas questões, ele foi tão profeta quanto filósofo. Desde o início previu o perigo da confiança irrestrita no mercado econômico, que já tomava forma em sua época, e que culminou num colapso comercial universal em nossos tempos. Não se limitava a declarar que a usura era antinatural, embora ao dizer isso estivesse apenas seguindo Aristóteles e o óbvio senso comum, que nunca foi contrariado por ninguém até a era dos mercantilistas, que nos levaram ao colapso. O mundo moderno começou com Bentham escrevendo *Em Defesa da Usura*, e, passados cem anos, até a vulgar opinião dos jornais considerava o mercado financeiro como algo indefensável. Porém Santo Tomás foi mais fundo que isso. Chegou a mencionar a verdade, ignorada durante a longa idolatria do comércio, de que as coisas produzidas apenas para vender provavelmente serão de pior qualidade que as produzidas para consumir. [...] E Tomás tinha razão, pois comércio, no sentido moderno, significa vender algo por um preço que não é digno do seu valor real, e os economistas do século XIX não o negariam; apenas diriam que Aquino não estava sendo prático, o que parecia sensato de dizer enquanto essa visão ainda conduzia à prosperidade prática. Mas as coisas mudaram de figura depois que essa visão conduziu à bancarrota universal. (CHESTERTON, 2020, p. 209-210).

De maneira direta é possível dizer que a filosofia moral de Tomás partia do pressuposto de que “ele aceitava o eudemonismo e a teologia da ética aristotélica, no sentido em que ele aceitava a doutrina aristotélica de que a felicidade é o fim da vida humana e que a bondade ou a maldade das ações depende delas com esse fim. Nesse sentido, ele aceitava a primazia do bem na vida moral.” (COPLESTON, 2017, p. 97). Sabendo desse caráter eudaimônico, fica necessário delinear qual é o fim que possibilitaria ao homem chegar a máxima felicidade. Na perspectiva da filosofia católica do autor, a felicidade só poderá ser encontrada na mediada em que as ações humanas

---

<sup>20</sup> Título pelo qual Santo Tomás de Aquino veio a ser reconhecido após se tornar um doutor da Igreja.

tenham como fim último aproximar o homem de Deus – tomando como exemplo a pessoa de Jesus Cristo –, sendo possível definir também:

A moral em Santo Tomás é a ciência do comportamento humano, tomando o homem como imagem de Deus, que é o princípio e o fim da criatura racional. A moral consiste na marcha do homem na direção de Deus, “o movimento da criatura racional no sentido de Deus”. Ela tem como referência o Cristo, “que se manifestou a nós como caminho da verdade, pelo qual podemos chegar, mediante a ressurreição, à bem-aventurança da vida imortal. (LIMA, 2001, p. 55)

A grande parte das explicações acerca da teoria moral se encontram na *Suma Teológica*, mais especificamente na segunda parte – também chamada de IaIIae e IIaIIae<sup>21</sup> - que tem como objeto o homem e suas ações. Parafraseando Copleston, seria impossível explicitar toda a teologia moral de Santo Tomás de Aquino em poucas páginas, mas se for buscar um ponto de partida para começar essa exposição é interessante retrazer o que já foi dito nos parágrafos anteriores, de que assim como os gregos e Santo Agostinho, sua filosofia moral tem caráter eudemonológico e teleológico (COPELSTON, 2021, p. 853).

Contudo, ainda que Tomás tenha essas características em consonância com os gregos, particularmente com Aristóteles, ele não é uma replicação do pensamento grego, mas sim um ponto de partida, ao qual agrega ao seu próprio pensamento, como somente considerar os atos livres como passíveis de estarem predispostos no campo moral, e, também estabelecer o fim último dessas ações além do homem, em Deus (COPELSTON, 2021, p. 853-854).

Pode-se considerar que o autor não desconsidera a finalidade última proposta por Aristóteles para a felicidade, mas a vê como imperfeita. Imperfeito no sentido de não garantir a felicidade mais plena, pois esta somente o é alcançada nessa vida, ao passo que a proposta pelo Santo transpassa qualquer limitação temporal e material desse plano, pois:

Sua ética [Aristóteles] era uma ética da conduta humana nesta vida, ao passo que Santo Tomás não avança muito antes de pôr em consideração a felicidade perfeita que somente pode ser alcançada na próxima vida, a qual consiste principalmente na visão de Deus, embora inclua também, por óbvio, a satisfação da vontade, ao passo que outros bens, como a comunidade de amigos, contribua ao *bene esse* da beatitude, embora nenhum bem, senão Deus, seja necessário para a felicidade. (...) O que Aristóteles chama de felicidade, Santo Tomás chama de felicidade imperfeita, felicidade temporal ou felicidade alcançável nesta vida, e considera essa felicidade imperfeita enquanto se ordena à felicidade perfeita, que somente é alcançável na próxima vida. (COPELSTON, 2021, p. 854-855)

---

<sup>21</sup> A *Suma Teológica* é dividida em três partes. A primeira (Ia pars) está disposta em 119 questões acerca da natureza, de Deus e da Criação. A segunda parte é subdividida em duas, a primeira (Ia IIae) com 114 questões falando sobre o homem, sua finalidade e sobre a lei natural, enquanto a segunda (IIa IIae) trata de 189 questões sobre as virtudes e seus respectivos vícios. Por fim, a terceira parte (IIIa Pars) – que não chegou a ser terminada – tem como objeto de estudo a Jesus Cristo, sua vida e os Sacramentos por ele instituídos.

Entretanto, Santo Tomás não desconsidera essa felicidade imperfeita. O autor somente aloca-a em sua devida perspectiva dentro da grande hierarquia da Criação – isto é, abaixo do que é transcendental, pois aquilo que é transcendental é maior do que aquilo que não, pelo simples fato de não ser limitado pelo tempo e as intemperanças da matéria. Com isso, Tomás coaduna esses dois tipos de felicidade com as duas principais instituições da sociedade, o Estado e a Igreja. Ao passo que o Estado passa a ter como objetivo auxiliar o homem a alcançar a felicidade imperfeita – essa relação será novamente tratada quando se falar de economia –, enquanto a Igreja o ajuda a alcançar a felicidade perfeita (COPLESTON, 2021, p. 857).

Voltando a filosofia moral de Santo Tomás, tem-se que um dos pontos altos de sua moral está na série de questões que o autor busca delinear antes o que não pode ser o fim último, a fim de somente sobrar somente aquilo que pode se encaixar nessa categoria. Tudo isso se encontra nas primeiras questões da IaIIae da *Suma Teológica*.

A primeira questão é a caracterização de que o homem tem, assim como todas as coisas criadas, um fim próprio, pois “ora, é manifesto que todas as ações procedentes de uma potência são por esta causadas, quanto à essência do objeto mesmo delas. E como o objeto da vontade é o fim e o bem, necessário é tendam todas as ações humanas para um fim” (AQUINO, 2016 p. 29).

Na segunda questão, o Doutor Angélico responde a uma série de questionamentos do que se deve alocar como fim último das ações humanas, ou melhor dizendo, do que não é. Começando pela riqueza, passando pela honra, glória, poder, bens do corpo, prazer até chegar aos bens da alma, e respondendo a todas elas do porquê elas não podem consistir em ser a finalidade última. Até por fim chegar a terceira questão e delimitar que o fim último das ações humanas não pode ser senão Deus (COPLESTON, 2021, p. 854).

Os últimos dois pontos da moral tomista são a questão da virtude, o meio pelo qual o homem tem para chegar à finalidade última, e a relação entre a lei eterna e a lei natural, motivo pela qual pode-se afirmar que as inclinações naturais do homem estão em consonância com a ideia Eterna que Deus tem do homem.

A virtude é o meio pelo qual o homem se aperfeiçoa e alcança o fim último. Para se chegar nessa conclusão, Tomás parte da vontade humana. A vontade, segundo ele, anseia a felicidade, e para alcançá-la distinguirá as ações boas das más – sendo as boas aquelas que ajudam a chegar a sua finalidade última, enquanto as más dificultam. O que

garante uma ação imediata ser boa ou má, então, é ela estar em consonância com a ordem da razão, pois, a partir do momento em que o homem é um ser racional, qualquer ação que estiver de acordo com a razão será boa, enquanto as que não tiverem serão más, ou seja:

A vontade, portanto, deseja a felicidade, a beatitude, como o seu fim, e as ações humanas são boas ou más na medida em que são ou não são meios para obtenção desse fim. (...) o fim é aquilo que aperfeiçoa o homem enquanto tal, e o homem enquanto tal é um ente racional, não um mero animal. Toda ação humana individual, isto é, toda ação deliberada, está de acordo com a ordem da razão (estando o seu fim imediato em harmonia com o fim último) ou em desacordo com a ordem da razão (sendo o seu fim imediato incompatível com o fim último), de modo que toda ação humana é boa, ou má. (...) Santo Tomás segue Aristóteles ao tratar das virtudes morais e intelectuais como hábitos, como boas qualidades ou hábitos da mente, pela qual o homem vive corretamente. O hábito virtuoso é formado por ações boas e facilita a prática de ações subsequentes para o mesmo fim. (COPLESTON, 2021, p. 859)

Como dito acima, nesse ponto Tomás segue Aristóteles, ao passo que também é o meio-termo a posição em que se encontra a virtude, não podendo ser nem um extremo nem outro – tal como já foi abordado no capítulo sobre Aristóteles –, assim como explica Copleston (2021):

A virtude moral é um meio-termo (*in médio consistit*). O fim da virtude moral é assegurar ou facilitar a conformidade à regra da razão na parte apetitiva da alma; ora, a conformidade implica evitar os extremos do excesso e da falta, significa que o apetite ou a paixão é reduzido à regra da razão. (p. 860)

Sintetizando, é possível concluir que o bem é buscado, enquanto o mal é evitado. Sendo o bem aquilo que condiz com a natureza humana a fim de aperfeiçoá-la – por meio do cultivo das virtudes – para assim pode alcançar sua finalidade última. Sendo assim:

(...)o bem para o homem é aquilo que beneficia sua natureza, aquilo para que tem uma inclinação natural enquanto ser racional. Assim, o homem tem em comum com todas as outras substâncias a inclinação natural para a preservação do seu ser, e a razão, refletindo sobre essa inclinação, ordena os meios necessários para a preservação da vida sejam adotados. Inversamente, o suicídio deve ser evitado. Novamente, o homem tem em comum com todos os outros animais a inclinação para propagação da espécie e para criação dos filhos, ao passo que, enquanto ser racional, tem a inclinação natural para buscar a verdade, especialmente a verdade a respeito de Deus. (COPLESTON, 2021, p. 860)

Por fim, tem-se a correlação entre a Lei Eterna e a Lei Natural. A princípio esse tema não parece ter muita concordância com a economia do mesmo modo que a ética o tem. Entretanto, sua influência na ciência econômica é sutil e parte da definição da Lei Eterna até desaguar na economia. A Lei Eterna é a expressão racional do Criador, é o modo pela qual o Ser introduz a lei do plano divino, que dita o caminho pela qual todas as partes da Criação terão que tomar para chegar ao seu fim último, ou como expressa

Santo Tomás “[...] lei eterna não é mais que a razão da sabedoria divina, enquanto deriva todos os atos e moções” (AQUINO, 2020, p. 559).

Derivação direta da Lei Eterna é a Lei Natural, ela é a ação do Homem e “ela diz respeito, primeiramente àquelas coisas que são necessárias para a natureza humana.” (COPLESTON, 2021, p. 861). Também é possível compreendê-la da seguinte forma:

Ora, entre todas as criaturas, a racional está sujeita a Divina Providência de modo mais excelente, por participar ela própria da providência, provendo a si mesma e às demais. Portanto, participa da razão eterna, donde tira a sua inclinação natural para o ato e o fim devidos. E a essa participação da lei eterna pela criatura racional se dá o nome de lei natural. [...] A lei natural não é mais do que a participação da lei eterna pela criatura racional. (AQUINO, 2020, p. 551).

Como a Lei Natural é referente a todas as ações do homem, enquanto ser racional, e sendo a economia uma atividade humana, logo, ela pode ser considerada como um produto da Lei Natural. Como ela “(...) diz respeito primariamente àquelas coisas que são necessárias para natureza humana.” (COPLESTON, 2021, p. 861); dentre elas a preservação do indivíduo – através de alimentação, vestimenta, abrigo etc. – e da espécie – através da reprodução –, fica implícito uma correlação entre ela e a felicidade imperfeita descrita por Aristóteles. Essa relação pode ainda ser estendida para economia, e adiantando um pouco o próximo tópico do capítulo, a economia se encontra com um papel de ser uma ferramenta necessária para garantir a felicidade imperfeita. Por outro lado, como a Lei Natural é derivada direta da Lei Eterna, ela o é dependente, e com isso o homem não irá se satisfazer – i.e. alcançará a plena felicidade – se somente estiver ao seu alcance a felicidade imperfeita, mas buscará a felicidade perfeita. Dessa maneira, as ações derivadas da Lei Natural têm como finalidade realmente última garantir um estado que faça com que o homem alcance a felicidade perfeita, e isso somente ocorre pois:

Como Deus é eterno e Sua ideia do homem é eterna, a promulgação da lei é eterna *ex parte Dei*, embora não seja eterna *ex parte creaturae*. Essa lei eterna, existindo em Deus, é a origem e a fonte da lei natural, que é uma participação na lei eterna. A lei natural é expressa passivamente de inclinações naturais do homem, ao passo que promulgada pela luz da razão que reflete sobre essas inclinações, pois na medida em que todo homem possui naturalmente inclinações para seu fim geral e possui também a luz da razão, a lei eterna está suficientemente promulgada em cada um dos homens. (COPLESTON, 2021, p. 862)

### 2.2.2 Economia em Santo Tomás de Aquino

A associação entre Tomás de Aquino e a economia não é evidente, mas é objetivo desse trabalho explorá-la, assim como foi realizado no primeiro capítulo com relação ao pensamento grego. Afinal, não se pode categorizar os antigos e medievais da

mesma forma que são categorizados os autores contemporâneos, pelo simples fato de se haver uma linha nítida de divisão dos saberes humanos. Entretanto, essa divisão não feita no medievo, um filósofo ou um teólogo era tão apto a discursar sobre as questões econômicas quanto um mercador de sua época.

Devido as ações humanas serem o objeto de estudo da moral, e a economia sendo uma espécie de ação humana, não fica difícil entender do porquê Santo Tomás de Aquino tenha se interessado por esse tema – ainda que não tivesse dado a mesma importância como deu para outros temas, como o caso das provas acerca da existência de Deus. Com isso, é possível destacar os seguintes tópicos econômicos abordados pelo Santo:

- 1) a relação entre a oferta e demanda para determinação dos preços das coisas;
- 2) o poder do Estado em determinar os preços (Aquino não descarta a possibilidade);
- 3) a importância da utilidade dos bens para determinar seus preços;
- 4) fraudes nas qualidades dos bens postos à venda;
- 5) a importância da honestidade nos contratos comerciais. (CARNEIRO, 2019, p. 146)

Dentre todos esses temas fica bem perceptível a correlação entre a economia e a moral. No entanto, antes de adentrar nas entrelinhas desses temas, é importante destacar que “(...)longe de ser o ápice de uma teoria econômica escolástica integrada, Tomás de Aquino representou seu início.” (MUELLER, 2021, p. 58). Aquino inicia o que viria a ser posteriormente mais desenvolvido pelos escolásticos tardios de Salamanca, nos séculos XV e XVI.

Santo Tomás de Aquino trata das questões econômicas quase que inteiramente dentro da *Suma Teológica*<sup>22</sup>. Essas questões estão dispostas no Tratado sobre a Justiça, na IIa Ilae, que vai desde a questão 57, do Direito, até a questão 122, Dos preceitos da Justiça. O primeiro ponto a se tomar nota é a presença da economia dentro de um tratado sobre uma virtude, a virtude da Justiça. E isso reforça a relação entre moral e economia na obra do Santo, pois tomando o mesmo caminho de Aristóteles, Tomás chegará a conclusões no campo econômico a partir da justiça, procedente direta do direito natural (lei natural) e das virtudes (categoria mais do que exemplar da moral) – sendo a própria

---

<sup>22</sup> Outro livro onde se pode encontrar alguma coisa sobre economia em Tomás é na *Suma Contra os Gentios*, em que segundo o padre Julio Meivielle:

“Santo Tomás expôs na “Suma contra os Gentios” o lugar da economia numa hierarquia de valores. Se se considera bem as coisas, todas as operações do homem estão ordenadas ao ato da divina contemplação como a seu próprio fim. Pois, para que são os trabalhos servis e o comércio, senão para que o corpo, estando provido das coisas necessárias à vida, esteja no estado requerido para contemplação? Para que as virtudes morais e a prudência, senão para procurar a paz interior e a calma das paixões de que tem necessidade para assegurar a paz exterior necessária a contemplação? Donde, se se considera bem, todas as funções da vida humana parecem estar a serviço dos que contemplam a verdade.” (L. IV, cap. 37)” (MEINVIELLE, 2020 p.30)

justiça uma virtude, uma das quatro virtudes cardeais ao lado da prudência<sup>23</sup>, fortaleza e temperança.

Posto isso, as principais questões que abrangem temas econômicos são: Questão 66: Do furto e do roubo; Questão 77: Da fraude cometida na compra e na venda; Questão 78: Do Pecado da Usura; Questão 117: Da liberalidade; Questão 118: Da avareza e Questão 119: Da prodigalidade.

A princípio, a Questão 66: Do Furto e do roubo, é dívida em nove artigos, porém nos dois primeiros já é possível destacar a imanência das questões econômicas. No artigo primeiro “Se é natural ao homem a posse dos bens externos” Santo Tomás demonstra tanto a legalidade da propriedade privada – não somente de terreno, mas de qualquer objeto externo ao homem – quanto a sua função de utilidade – trazendo uma dupla observância acerca das coisas criadas, a primeira a de pertencer a ordem divina e a segunda de possuir uma utilidade, pela qual pode ser usufruída pelo homem<sup>24</sup> –, de modo que:

Uma coisa externa pode ser considerada à dupla luz. Na sua natureza, que não depende do poder humano, mas só do divino, a cuja vontade tudo obedece. E no uso mesmo que a ela serve. E, deste segundo modo, o homem tem naturalmente o domínio sobre as coisas externas; pois, pela sua razão e pela sua vontade, pode usar das coisas externas para a sua utilidade, como se para si fossem feitas; pois sempre o mais imperfeito é para o mais perfeito. (AQUINO, 2016, p. 425).

No segundo artigo, na defesa da propriedade privada, aparece um argumento que é muito replicado pelos seguidores da tradição escolástica/tomista, que é a de que uma coisa é mais bem cuidada e administrada enquanto privada<sup>25</sup>. Além de estabelecer uma

---

<sup>23</sup> Uma questão interessante é expressa dentro do Tratado sobre a Prudência na *Suma Teológica*. Na questão 50, Art. 3, cujo título é “Se a economia deve ser considerada espécie de prudência”, o Doutor Angélico destaca o Seguinte:

“A natureza do objeto diversificada segundo o universal e o particular, ou segundo o todo e a parte, diversifica as artes e as virtudes; e, por essa diversidade, uma virtude é principal em relação às outras. Ora, é manifesto que a família ocupa uma posição média entre a pessoa particular e a cidade ou o Reino. Pois, como uma pessoa singular é parte da família, assim cada família o é da cidade ou do reino. Por onde, assim como a prudência, em sentido geral, que dirige as ações do particular, distingue-se da prudência política, assim, é necessário que a econômica se distinga de uma e outra.” (AQUINO, 2016, p. 340).

Além de tratar a economia aqui bem como condiz com sua raiz etimológica, i.e., como referente, a administração das famílias, ele também leva em conta que:

“As riquezas se relacionam com a econômica, não como fim último, mas como uns instrumentos, segundo Aristóteles. Pois, o fim último da econômica é a boa direção da vida, no seu conjunto, relativamente à sociedade doméstica.” (AQUINO, 2017, p. 340).

<sup>24</sup> Essa dupla observância de um objeto muito se assemelha as duas hierarquias apresentadas em Santo Agostinho, em que uma coisa está predisposta tanto dentro de uma hierarquia da Criação, quanto de uma hierarquia de valores de uso.

<sup>25</sup> Essa visão é aplicada a bem não públicos, não podendo cair no erro de confundir com bens públicos, que pela razão de seu nome são administrados – e só podem ser – por uma comunidade em concordância. Copleston bem traduz essa importância de um administrador do bem comum em que “Onde quer que haja uma multidão de criaturas com um bem comum a ser alcançado, deve haver um poder governante comum.

dupla ação humana sobre as coisas terrenas, a de administrá-las – no sentido aqui de posse – e a de usá-las. Para explicar seu ponto, o Doutor Angélico se utiliza da seguinte linha de raciocínio:

Relativamente às coisas exteriores tem o homem dois poderes.

Um é o de administrá-las e distribuí-las. E, quanto a esse, é lhe lícito possuir coisas como próprias. O que é mesmo necessário à vida humana por três razões. – A primeira é que cada um é mais solícito em administrar o que a si só lhe pertence, do que em comum a todos ou a muitos. Porque neste caso, a qual, fugindo do trabalho, abandona a outem o pertencente ao bem comum, como se dá quando há muitos criados. – Segundo, porque as coisas humanas são melhores tratadas, se cada um emprega os seus cuidados em administrar uma coisa determinada; pois, se ao contrário, cada qual administrasse indeterminadamente qualquer coisa, haveria confusão. – Terceiro, porque, assim, cada um, estando contente com o seu, melhor se conserva a paz entre os homens.

(...) O outro poder que tem o homem sobre as coisas é o uso delas. E, quanto a este, o homem não deve ter as coisas exteriores como próprias, mas, como comuns, de modo que cada um as comunique facilmente aos outros, quando delas tiverem necessidade. Por isso diz o Apóstolo (1Tm 7, 18): *Manda aos ricos deste mundi que dêem, que repartam francamente*. (AQUINO, 2016, p. 426).

A Questão 77: Da fraude cometida na compra e na venda, por sua vez é dividida em quatro artigos, e trata tanto da questão do valor – um dos assuntos mais importantes dentro de uma teoria econômica – quanto das relações de troca. No primeiro artigo “Se podemos vender uma coisa por mais do que vale”, Santo Tomás já define que sua concepção de valor muito se assemelha a moderna concepção de valor utilidade, dizendo que é o comprador quem decide – mediante sua apreciação pelo bem a ser comprado – o valor de uma mercadoria, ou seja:

Quando porém o comprador tira grande vantagem da coisa comprada e o vendedor nenhum dano sofra por se ver privado dela, não lhe deve aumentar o preço. Porque a utilidade que acresce ao comprador não vem do vendedor, mas da condição do comprador. (AQUINO, 2016, p. 473).

No segundo artigo “Se a venda torna-se injusta e ilícita por causa de um defeito da coisa vendida”, Tomás destaca dois importantes pontos para o pensamento econômico escolástico. Primeiro referente ao valor dos metais preciosos, que a até a época era o cunho da moeda em circulação; dizendo que seu valor não é auferido somente pela sua utilidade, senão que também provem da sua pureza, isto é “(...) o ouro e a prata não são

---

No corpo há o membro principal – a cabeça ou o coração –; o corpo é governado pela alma, e, na alma, as partes irascível e concupiscível são dirigidas pela razão; no universo como um todo, os corpos inferiores são governados pelos superiores, de acordo com a disposição da Providência divina. O que é verdade, portanto, com relação ao universo como um todo e com relação ao homem tomando individualmente, deve ser verdade também quanto à sociedade humana.” (COPLESTON, 2021, p. 866-867).

caros só pela utilidade dos vasos ou outros objetos que deles se fabricam, mas também pela valia e pureza das suas substâncias” (AQUINO, 2016, p. 474).

O segundo ponto é a continuação da explicação do porquê o valor é determinado de maneira subjetiva, i.e., pela quantidade de utilidade que ele pode dar ao comprador; para isso Tomás se sustenta em Agostinho e utiliza da já citada passagem da dupla hierarquia e explicando do porquê o valor comercial de uma casa, por exemplo, ser superior ao de um cavalo, mesmo o cavalo tendo uma natureza mais elevada a da casa. Disso decorre, “Como diz Agostinho, o preço das coisas venais não é considerado pelo grau de natureza, pois, às vezes, um cavalo é vendido mais caro que um escravo; mas pela utilidade que oferecem ao homem” (AQUINO, 2016, p. 475). Pode não parecer evidente, mas, sendo o valor determinado pela estima humana, ela se torna passível do juízo moral, pois a pura escolha de valorizar algo em detrimento de outrem mediante sua utilidade – que muitas vezes não é necessariamente homogênea para todos os homens – torna essa escolha em uma atividade do campo moral.

Por fim, o quarto artigo “Se é ilícito, negociando uma coisa, vendê-la mais caro do que custou”, trata das relações de troca e do lucro. Começando pela troca, ele se sustentando em Aristóteles a divide em duas espécies, uma sendo a dos políticos e cidadãos, e tendo como alvo prover a cidade e a casa; e a segunda sendo a dos negociantes, cujo alvo é o lucro, como é explicitado no trecho abaixo:

Mas como diz o Filósofo há duas espécies de troca. - Uma, como natural e necessária, pela qual se troca uma coisa por outra; ou uma coisa por dinheiro, conforme as necessidades da vida. E essa não pertence propriamente aos negociantes, mas antes, aos ecônomos ou políticos, que devem prover a casa ou a cidade, das coisas necessárias à vida. - Outra espécie de troca é a de dinheiro por dinheiro ou de quaisquer coisas por dinheiro, não pelas necessidades, mas para auferir ao lucro. E este é o negócio próprio dos negociantes. (AQUINO, 2016, p. 477).

Assim, também vale ressaltar que ambos – Aquino e Aristóteles – compreendem a primeira espécie de troca como boa e natural, pois o seu objetivo está em concordância com a natureza tanto do indivíduo, família quanto da cidade. Enquanto a segunda, por sua vez, é desprezada a medida em que permite a proliferação da avareza e da cobiça. Evidente se torna o caráter moral dentro da definição do que é e do que não é uma troca justa, pois sendo a segunda uma possibilitadora de um pecado mortal, e o pecado sendo um empecilho para o desenvolvimento das virtudes, ela o é desencorajada a medida em que a primeira é encorajada:

Ora, segundo o Filósofo, a primeira espécie de troca é louvável porque vem a satisfazer uma necessidade natural. A segunda, porém, é justamente condenada

porque, pela natureza, serve à cobiça do lucro, que não conhece limite e tende ao infinito. (AQUINO, 2016, p. 477).

Visto isso, fica explícito uma condenação de todo tipo de lucro pelo Santo; entretanto, isso não se confirma como uma verdade. O lucro para Santo Tomás não é considerado como um mal em si mesmo, mas como tendo uma natureza neutra. A sua neutralidade faz com que o seu direcionamento para um bem ou um mal seja precedente de uma ação humana; em outras palavras, é dependente da sua finalidade que o lucro será disposto na gaveta dos vícios ou das virtudes. No entanto, em decorrência do fato de ele estar estritamente ligado ao pecado mortal da avareza, torna-se mais predisposto a vícios do que a virtudes (AQUINO, 2016, p. 477).

A “Questão 78: Do pecado da Usura” também é dívida em quatro artigos, sendo os seus dois primeiros mais recheados de questões propriamente econômicas do que os dois últimos. No primeiro artigo “Se receber usura pelo dinheiro mutuado é pecado”, Santo Tomás definiu o mal da usura com o sendo a venda de algo que não existe. No caso, Aquino explica que o pecado da usura ocorre, pois, ao se cobrar por algo, cobra-se duas vezes, e não somente uma, gerando assim uma espécie de injustiça. E sendo a injustiça o parâmetro para algo ser lícito ou não torna novamente ao ponto de a economia estar sustentada pela moral, pois ao ponto que algo que é imoral – por mais que seja economicamente viável – será desencorajado. Pois dessa forma ao:

Receber usura pelo dinheiro mutuado é, em si mesmo, injusto, porque se vende o que não se tem; donde nasce manifestamente uma desigualdade contrária à justiça. Para evidenciá-la devemos saber, que de certas coisas, o uso consiste na consumição delas. Assim, o vinho consumimo-lo usando-o para beber; o trigo, empregando-o como comida. Ora, o uso de tais coisas não deve ser separado delas em si mesma; mas, se a alguém concedemos o uso delas, por isso mesmo também as concedemos o uso delas, por isso mesmo também as concedemos a elas. Portanto, o mútuo dessas coisas também transfere o domínio sobre as mesmas. Por onde, quem quisesse vender o vinho separadamente do uso dele, venderia o que não existe. Portanto, manifestamente pecaria por injustiça. E, por semelhante razão, comete injustiça, quem mútua vinho ou trigo, exigindo duas restituições; uma equivalente a aquele e a este; outra, o preço do uso, chamado usura. (AQUINO, 2016, p. 478).

Dessa forma, fica evidenciado o porquê de um objeto não dever estar passível de usura, de modo como explicado acima estaria se fazendo uma divisão entre o objeto em si e a sua utilidade, cobrando por duas partes ao invés do todo. Entretanto, essa modalidade de usura não é a mais comum, senão que o é a modalidade da usura pelo dinheiro, e essa modalidade é explicada por Tomás no segundo artigo “Se podemos, pelo dinheiro mutuado, exigir uma outra vantagem”. Nesse artigo, também se apoiando em

Aristóteles, Tomás argumenta que da mesma forma que a usura, aplicada as mercadorias, é injusta, ela também o será para o dinheiro – nisso parece ficar meio que implícito que ele considerava a moeda como uma mercadoria, ou, então, como tendo dentro de suas características uma que fosse concomitante a das mercadorias –, de modo que:

Segundo o Filósofo, tudo aquilo deve ser considerado como dinheiro cujo valor pode ser medido pelo dinheiro. Portanto, quem, por contrato tácito ou expresso, receber dinheiro pelo dinheiro emprestado ou pelo empréstimo de qualquer outra coisa, que se consome pelo próprio uso, peca contra a justiça, como já dissemos. Do mesmo modo, quem, por contrato tácito ou expresso, receber qualquer outra coisa, cujo valor possa ser medido pelo dinheiro, incorre no mesmo pecado. (AQUINO, 2016, p. 481).

As questões “117: Da liberalidade”, e “118: Da avareza” não trazem exposições econômicas da mesma forma que as anteriores, mas tratam do indivíduo em relação a uma virtude, a liberalidade, e o seu oposto, a avareza. Entretanto, mesmo tendo o foco mais no caráter moral das ações que levam a uma ou a outra, é possível identificar passagens nessas duas questões que reforçam o que já foi dito anteriormente, como por exemplo a da ordenação das coisas criadas ao serviço do homem em que “(...) porque todos os bens externos são ordenados ao uso do homem.” (AQUINO, 2016, p. 688), ou quando se reforça a ideia do valor utilidade “Ora, as riquezas constituem essencialmente uma utilidade, pois, nós as desejamos na medida em que nos satisfazem às necessidades.” (AQUINO, 2016, p. 693).

Com isso, é encerrado a exposição acerca de Santo Tomás de Aquino, que muito apoiado em Aristóteles e Agostinho continuou a tradição de subordinar a economia a filosofia moral. Tentando sempre buscar nos problemas econômicos, seja eles de ordem individual, familiar ou política, a justiça. Justiça, a virtude que faz o elo, em conjunto com a prudência, entre aquilo que está no campo da moral e aquilo que está no campo da economia. Certamente a síntese feita por ele de Aristóteles e Agostinho, serviu de parâmetro para os escolásticos posteriores, que tanto o aprimoraram as suas ideias econômicas quanto as utilizaram como base para o surgimento de novas.

### 3. A INFLUÊNCIA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO

A influência de Tomás pode ser medida de duas formas. A primeira forma, e mais simples, é mediante a quantidade de citações diretas dos mais variados autores – concordando ou não com os dizeres de Tomás – quanto em escolas de pensamento, que por sua vez, tiveram o papel de tomar como base os ensinamentos de Aquino e aplicando ao contexto e dilemas de uma época totalmente diferente da vivada pelo Santo, ou tendo um esforço para atualizar as questões levantadas por ele. Nesse primeiro caso se encaixa perfeitamente as escolas de pensamento tomista e escolástica, como por exemplo a Escolástica Tardia no século XVI e chegando até autores mais modernos, como Jacques Maritain (1882-1973), A.D. Sertillanges (1863-1948), Étienne Gilson (1884-1978), etc.

A segunda forma é mais difícil de ser observada, pois decorre de toda a influência orgânica que Santo Tomás teve na Igreja e no mundo após sua canonização e, principalmente, após ter sido elevado ao *status* de doutor da Igreja, muito em decorrência do Papa Pio V<sup>26</sup>.

Dessa forma, o Santo passa a ser não somente citado, mas incorporado na forma de pensamento daqueles que foram submetidos aos estudos tomistas, se tornando um ponto comum. Ao se tornar um ponto comum a necessidade de se citar exaustivamente o seu pensamento se perde, pois todos, pelo menos naquela época, tinha ele como base, e, com isso tem-se a segunda forma: a influência oculta/indireta de Santo Tomás. Isso torna muito mais complexo confirmar se um autor teve ou não influencia de Santo Tomás. Um bom exemplo disso é o escritor inglês G.K Chesterton (1874-1936) e sua teoria econômica, o distributivismo<sup>27</sup>. Mesmo Chesterton tendo escrito uma biografia de Santo Tomás e sendo possível traçar um paralelo entre suas concepções econômicas, principalmente a respeito da propriedade privada, pouco ou nada se tem citado de Tomás em seus livros econômicos<sup>28</sup>, o que torna difícil comprovar com clareza a influência econômica do Santo.

---

<sup>26</sup> “Como dominicano, Pio V manuseava São Tomás de Aquino desde a juventude; o pensamento do grande teólogo parecia-lhe a base mais sólida para reedificar a Igreja, ‘um quebra-mar estável contra as tempestades’. Em 1567, proclamou São Tomás Doutor da Igreja, colocando-o no nível de Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Jerônimo e São Gregório Magno. Depois, ordenou a dois teólogos da sua Ordem, Giustiniani e Manrique, que preparassem, segundo os manuscritos do Vaticano, a publicação definitiva da *Summa theologica*; as despesas correriam por conta dele. As universidades receberam ordem de ensinar unicamente o tomismo; os jesuítas obedeceram logo.” (DANIEL-ROPS, 1999).

<sup>27</sup> O distributivismo “(...) é uma abordagem econômica, e, também, uma filosofia moral econômica baseada principalmente na *Rerum Novarum* de Leão XIII, e que usa como principal fundamento a defesa da posse da propriedade privada para um maior número de pessoas/famílias.” (CARNEIRO, 2019, p. 177).

<sup>28</sup> Esses livros são principalmente: *O que Há de Errado com o Mundo* e *Um Esboço de Sanidade: Pequeno manual do Distributismo*.

Entretanto, há um cenário particular de influência indireta que pode ser verificado de maneira mais precisa: trata-se da Doutrina Social da Igreja (DSI), que juntamente com a Escola de Salamanca, serão os dois tópicos examinados de maneira específica. Nessa perspectiva, é possível observar uma situação de influência direta, representada pela Escola de Salamanca, e outra de natureza indireta, a DSI.

### 3.1. Escola de Salamanca

A Escola de Salamanca é um dos elementos centrais na lista de influenciados por Santo Tomás de Aquino. No entanto, antes de fazer qualquer comentário a respeito dos Escolásticos tardios<sup>29</sup>, torna-se necessário compreender toda a dimensão de influência de Tomás.

Santo Tomás de Aquino (1226-1275) foi o autor escolástico por excelência. Sua influência foi tão vasta que quase todos os escolásticos que o seguiram estudaram, citaram ou comentaram suas obras. No século seguinte à morte do Aquinate, diversos autores realizaram obras que abordaram temas ligados à economia São Bernadino de Siena (1380-1444), Santo Antonino de Florença (1389-1459), Joannis Gersonii (1363-1429), Conradus Summernhar (1465-1511) e sylvestre de Priero (1456-1523) são, talvez os mais conhecidos por serem citados por seus sucessores. Os escritos de Tomas de Vio (1468-1534), o Cardeal Caetano, representam a transição entre estes escolásticos e seus seguidores hispânicos. (2019, p. 66)

Dito isso, pode-se passar sem medo para a Escola de Salamanca. De maneira breve é possível defini-la como “(...) o pensamento econômico de teólogos católicos surgidos a partir da Universidade de Salamanca, durante o chamado período de ouro da Espanha, que se estendeu de meados do século XVI até meados do século XVII” (CARNEIRO, 2019, p. 151). E seu crédito como sucessores de Santo Tomás, no quesito econômico, se encontra no fato de serem citados em livros de história do pensamento econômico<sup>30</sup> ao lado do Doutor Angélico (CHAFUEN, 2019, p. 151).

Entretanto, os escolásticos tardios não priorizaram somente a economia, como também estavam a frente de debates acerca da guerra justa, questões políticas, direito<sup>31</sup>, etc. (CARNEIRO, 2019 p. 151). Todas essas questões estavam estritamente ligadas ao contexto da época.

A época desses autores, os séculos XVI e XVII, é uma das mais efervescentes de toda a história humana. Tem-se em sua época uma eclosão de movimentos históricos,

---

<sup>29</sup> Outra maneira de se referir a Escola de Salamanca.

<sup>30</sup> A mais conhecida obra de HPE a citarem, tanto Tomás de Aquino quanto a Escola de Salamanca, é a *History of Economics Analysis* do economista Joseph Schumpeter.

<sup>31</sup> Francisco de Vitoria, um dos principais autores da Escola de Salamanca é considerado como um dos pais do Direito Internacional, muito devido a suas teses em defesa dos índios na América espanhola.

como é o caso da Renascença, Reforma Protestante, descobrimento das Américas, de movimentos intelectuais, com o racionalismo de René Descartes (1596-1650), o surgimento de pensamentos utópicos em São Thomas More (1478-1535) e Tommaso Campanella (1568-1639), a continuação da revolução copérnica com Galileu Galilei (1564-1642), entre outros acontecimentos de igual magnitude. E foi nesse caldo caótico e genial que se é possível afirmar que:

A escolástica superou a decadência que vivia no final da Idade Média com especulações inúteis e uma quase esterilidade intelectual. Houve uma revalorização dos clássicos, uma volta aos textos dos antigos, que se libertaram dos comentários artificiais do fim da Idade Média. A obra de Santo Tomás foi imensamente valorizada e ele tornou-se o *doctor communis* (doutor comum). As questões surgidas com os descobrimentos, o fortalecimento das monarquias e a expansão comercial foram abordadas pelos autores escolásticos na moral e no direito ao tratar, entre outras coisas, da política, da economia e do direito internacional. Este revigoramento escolástico é conhecido como a segunda escolástica e teve como seus maiores expoentes Francisco de Vitória (1480-1546), Luís de Molina (1535-1601) e Francisco Suarez (1548-1617). (2001, p. 79)

Em meio a esse complexo século que emerge os principais autores da Escola de Salamanca, que são o dominicano Francisco de Vitória (1480-1546), Saravia de la Calle, Domingo de Soto (1494-1560), o jesuíta Azpilcueta Navarro (1520-1557), Francisco Garcia, Miguel de Cellorigo, o jesuíta Luis de Molina (1535-1600), o dominicano Tomás de Mercado (1525-1575), Pedro de Valencia, Juan de Lugo (1583-1660) etc. Vale ressaltar, que nem todos estavam ligados diretamente a Salamanca, como por exemplo Azpilcueta Navarro que esteve ligado à Universidade de Coimbra, sendo, então, mais correto chamá-los de escolásticos tardios. (LIMA, 2001, p. 80)

### 3.1.1. Economia em Salamanca

A partir dessa breve contextualização, é possível analisar a questão econômica, e sua relação com a moral sendo influenciada por Santo Tomás. A relação entre moral e economia corre naturalmente nas veias de homens, cuja vocação primeira é religiosa, de modo que é necessário estar sempre buscando uma maneira de tratar as questões econômicas sobre a ótica da moral católica, dessa forma:

Os teólogos tinham que se ocupar da moral e do sacramento da penitência. (...) Os teólogos viram-se na obrigação de tratar das novas questões econômicas suscitadas, desenvolver a doutrina e produzir uma literatura especializada para confessores. Assim nasceram os grandes manuais de moral teórico-práticos, muito numerosos depois do Concílio de Trento. Foram contados cerca de seiscentos manuais entre 1564 a 1670. (...) Surgiram os tratados *De Iustitia et Iure* (Da Justiça e do Direito) e similares que abordavam de forma sistemática a economia. Os mais famosos foram os de Soto, Molina, Lésio e Lugo. (LIMA, 2001, p. 80-81)

Os tratados e os manuais dos confesores são a fonte primária para se encontrar os escritos econômicos dos escolásticos tardios, e neles tem-se a união entre os diversos saberes, entre eles a economia, sustentados pela moral católica. E em economia encontra-se uma variedade de temas, muito disso decorre dos problemas de os salmanticenses serem cidadãos da maior potência da época, o Império espanhol – isso fica muito evidente nas questões monetárias e de teoria do valor –, e é:

Por conta da posição econômica política global da Espanha, no século XV, o país aprendeu lições monetárias importantes: o valor da moeda é fluído e ouro não é sinônimo de riqueza. Nesse sentido, as condições da economia espanhola do período explicam por que as contribuições originais da Escola de Salamanca para a ciência econômica foram:

- Formulação da teoria psicológica de valor aplicada tanto para produtos como para a moeda;
- Teoria Quantitativa da Moeda;
- Teoria sobre cambio que se aproxima da teoria moderna da paridade do poder de compra. (CARNEIRO, 2019, p. 152)

Além de terem sido pioneiros na formulação da Teoria Quantitativa da moeda e de refinarem a teoria do valor proposta por Santo Agostinho e Santo Tomás, eles também argumentaram em favor da propriedade privada, a importância da liberdade na formação dos preços justos e a questão da tirania estatal<sup>32</sup> (CARNEIRO, 2019, p. 155). Para não ficar uma discussão alongada nessa escola de pensamento econômico, é possível destacar os seguintes temas como em correlação tanto com a simbiose da economia com a moral quanto da presença da influência de Santo Tomás de Aquino: a propriedade privada, a usura e a teoria do valor.

---

<sup>32</sup> Vendo esses tópicos parece que os escolásticos tardios são uma espécie de precursores do veio a ser a Escola Austríaca de economia, ou como também tratados, os libertários. Alguns autores austríacos, de fato citaram a importância da Escola de Salamanca, como F.A. Hayek (1889-1992) em seu discurso no prêmio Nobel, Majorie Grice-Hutchinson (1909-2003), que escreveu um livro acerca deles “The School of Salamanca”, ou Carl Menger (1840-1921) e Murray Rothbard (1926-1995) citando-os em suas obras. Porém, alguns austríacos mais modernos, como Jesus Huerta de Soto e o brasileiro Ubiratain Jorge Ioro – que escreveu o livro *Dos Protoaustríacos a menger: Uma breve história das origens da escola austríaca de economia* – devido aos temas similares acabaram caindo no anacronismo de chamarem esses escolásticos de protoaustríacos. Nesse sentido o economista Pedro Erik Carneiro faz uma crítica a esse tipo de pensamento, partindo sua argumentação do ponto de que:

“Como classificar ideologicamente esses avanços Seriam avanços “pró-libertários” do tipo da chamada Escola Austríaca de economia? Ou seriam avanços mais “keynesianos” ou socialista por conta da importância dada ao Estado para controle dos preços e dos juros?”

Seguramente, não me parece que a participação do Estado seja significativa no pensamento dos teólogos, o viés é moral e não político. Então descarto a segunda hipótese. Mas, apesar de haver ênfase nas decisões individuais dos agentes econômicos, a primeira hipótese também é descartada, pois de novo a base do pensamento econômico dos teólogos é a moral, noções de justiça distributiva e comutativa. Sem falar nos limites bíblicos e doutrinários levados em consideração. A Escola Austríaca tende a desprezar a moral e a ter um individualismo exacerbado, algo completamente estranho a São Tomás de Aquino, São Bernadino de Siena e à Escola de Salamanca. O indivíduo deve responder a Deus por suas ações, e deve amar o próximo, dessa maneira seu comportamento econômico não pode ser libertário.” (2019, p. 155).

### 3.1.1. A propriedade privada

Com relação à propriedade privada é possível sintetizar o argumento dos escolásticos hispânicos<sup>33</sup> da seguinte maneira: a defesa desse argumento é devido a maior eficiência em se administrar um bem ou uma propriedade se ele for privado em detrimento dele ser coletivo, ou seja:

Continuando com a tradição tomista, os escolásticos tardios deram muita importância à justificação da propriedade privada. Seu objetivo era comprovar se o direito à propriedade privada estava de acordo com a lei natural e com a lei divina. Alguns autores da primeira escolástica argumentaram contra este direito, criticando aqueles que possuíam riquezas e recomendando a propriedade comum<sup>34</sup>. Santo Tomás de Aquino e os escolásticos tardios rejeitaram esta condenação, fundamentando suas razões em argumentos evangélicos e em uma profunda análise da ação humana. (CHAFUEN, 2019, p. 93)

Dentre os autores a tratarem dessa questão, pode-se destacar Domingo de Soto, Juan de Mariana e Luis de Molina. De Soto, partindo da elaboração presente na Questão 66 da Suma Teológica, argumentou que a propriedade privada é mais eficiente que a propriedade coletiva, pois por meio da última não seria possível alcançar uma abundância de bens (CHAFUEN, 2019, p. 100-101). Dentre seus principais argumentos contra a coletivização das terras e dos bens produzidos por ela estão a discórdia, caso a propriedade fosse privada e os bens produzidos nela fosse coletivo, pois ninguém aceitaria receber menos do que fosse dispendido de trabalho em sua terra; e a preguiça, caso a terra fosse coletiva, pois é latente o descaso para com algo que é comum, em detrimento do amor dado as coisas próprias (DE SOTO apud CHAFUEN, 2019, p. 101-102).

---

<sup>33</sup> Mais uma forma de tratar os autores da Escola de Salamanca.

<sup>34</sup> Para melhor elucidar essa questão, que não está somente no Evangelho de Lucas, mas em outras passagens da Bíblia, como por exemplo em “Os fiéis estavam todos unidos e possuíam tudo em comum; vendiam bens e posses, e os repartiam segundo a necessidade de cada um. Diariamente acorriam fielmente e unânimes ao templo; em suas casas partiam o pão, compartilhavam a comida com alegria e simplicidade sincera. (At 2: 44-46). Dessa maneira Chafuen explicita o seguinte argumento dos escolásticos tardios acerca dessa questão:

“Aqueles que se opunham à propriedade privada frequentemente se miravam no exemplo da passagem do jovem rico (Lucas 18, 18-25). Um jovem, membro de umas das principais famílias, aproximou-se de Jesus e perguntou: Um homem de posição perguntou a Jesus: “\bom mestre, que devo fazer para ter a vida eterna?” Jesus respondeu-lhe: “Por que me chamas de bom? Ninguém é bom senão só Deus, Conheces os mandamentos não comentarás adultério; não mataras; não furtaras; não dirás falso testemunho; honraras pai e mãe”. A estas palavras, Jesus lhe falou “Ainda te falta uma coisa: vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás m tesouro no céu; depois, vem e segue-me”. Ouvindo isto, ele se entristeceu, pois era muito rico. Vendo-o entristecer-se, disse Jesus: “Como é difícil aos ricos entrar no Reino de Deus! É mais fácil passar um camelo pelo fundo duma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus” (2019, p. 94). Para resolver isto “A interpretação escolástica e tomista deste versículo é a de que todos aqueles que valorizarem alguma coisa mais do que a Deus (seu Criador) terão negada sua entrada no reino eterno. (...) valorizar alguma coisa acima de seu Criador, assim como fez o jovem rico ao preferir as riquezas em vez do mandamento divino, é ir na direção contrária da ordem natural.” (2019, p. 94-95).

As consequências da coletivização das terras, na visão De Soto, são de ordem moral; preguiça no cuidado com aquilo que é comum e discórdia mediante a distribuição dos bens privados, evidenciando bem o caráter de atrelamento da ordem econômica na ordem moral. Para deixar mais enfático essa preocupação com as consequências morais da coletivização é exposta o seguinte trecho:

Onde não houvesse divisão de bens, a ordem na sociedade e a cooperação social pacífica e voluntária seriam impossíveis. Ninguém estaria disposto a realizar os trabalhos mais perigosos e o efeito seria “intranquilizar gravemente a sociedade”. Não havia somente razões econômicas e políticas a favor da propriedade privada. Os escolásticos estavam extremamente preocupados com os danos morais que seriam produzidos caso ocorresse a coletividade dos bens. “A virtude da liberalidade desapareceria”, pis “quem não possui nada seu não pode ser liberal” (nota de rodapé sobre liberalidade). Também desapareceria a virtude da hospitalidade. (CHAFUEN, 2019, p. 102)

Com isso, a privatização das terras teria um caráter quase que místico/messiânico para resolução dos problemas do homem, visto os problemas causados pela coletivização, entretanto, isso também não é uma verdade para os escolásticos hispânicos. Pois, “Embora o sistema de propriedade promova a paz e a equidade, não pode erradicar o mal da sociedade. Nenhuma lei pode anular a capacidade pecadora do homem.” (CHAFUEN, 2019, p. 103).

Na mesma esquemática proposta por De Soto, encontram-se Juan de Mariana e Luis de Molina. Mariana, por sua vez, “também reconheceu a importância do interesse pessoal privado para o bem-estar econômico. Os bens possuídos coletivamente são desperdiçados.” (CHAFUEN, 2019, p. 104). Molina, em sua obra *De iustitia et iure*, realizou inúmeros argumentos em favor da propriedade privada, como a pior administração das terras coletivas em comparação com as terras privadas – e com isso gerando um problema de escassez e abastecimento –, além de que nenhuma pessoa teria interesse em trabalhar em um bem público, sem que essa seja coagida. (CHAFUEN, 2019, p. 106-107).

### 3.1.2 A Usura

A usura, já extensamente debatida nesse trabalho, precisa ser analisada mais uma vez, pois sua condição antinatural, expressa em Aristóteles, e de pecado mortal, expressa desde os primórdios da Igreja e replicada por Santo Tomás, toma um rumo mais delicado quando esse tema chega nas mãos dos escolásticos hispânicos. A delicadeza perante esse tema parte tanto do contexto, em que se tem a ascensão dos grandes empréstimos sendo feito por católicos, como o caso da família Fugger e dos banqueiros da casa de Medici.

Mediante isso, os próprios escolásticos tardios se viam divididos entre a condenação a usura e uma flexibilização para com ela. Começando a distinção entre as argumentações, Chafuen expõe que a esquemática argumentativa daqueles que condenavam a usura iam de encontro com os já explicados argumentos de Aristóteles e Santo Tomás:

Vários excelentes tratados modernos analisam a condenação escolástica do juro bancário. Neste tema, como em tantos outros, tais moralistas utilizaram como base os argumentos tomistas que determinavam que:

- 1) O dinheiro é, em si mesmo, estéril;
- 2) O juro é o preço que o prestamista cobra pela utilização de um dinheiro que pertence ao devedor;
- 3) O juro é o preço do tempo, um bem possuído por todos.

Aristóteles já tinha introduzido o conceito da esterilidade do dinheiro. Santo Tomás, seus seguidores e os canonistas compartilhavam dos ensinamentos aristotélicos. Diego Covarrubias y Levia apontava que o dinheiro, em si mesmo, não produz fruto algum e não dá origem a nada. Por isso, acrescentava, que é injusto e inadmissível reclamar uma soma maior que a emprestada. Este montante adicional, segundo ele, viria da indústria e trabalho do devedor. (2019, p. 249-250)

Outros argumentos foram utilizados para justificar a condenação da usura, como ao dizer que o tempo por não ser um bem privado, não é passível de ser comercializado (CHAFUEN, 2019, p. 250). Se atentando ao escopo já delimitado nas teses aristotélico-tomista.

No outro lado da balança, tem-se aqueles que acreditam sim que o tempo pode ser vendido, como São Bernadino de Siena (1380-1444), um autor não necessariamente da Escola de Salamanca, mas que muito os influenciou, principalmente ao dizer que em algumas ocasiões o tempo poderia vir a ser vendido. (CHAFUEN, 2019, p. 251)

A permissão a usura não foi posta em evidência, mas que a partir de concessões e argumentações em favor de “títulos extrínsecos”, um meio encontrado para remuneração acima do emprestado, que a usura não tomando forma, mas se encontrando em meio a outras coisas, que em muito se pareciam com ela. A usura não existia em sentido estrito, mas seu conceito existia em meio a títulos que não eram para ser usurários. Dentre um dos exemplos de títulos que se muito assemelham a usura, ou ao simples juro, estava o acréscimo ao pagamento caso o devedor o atrasasse – uma modalidade que muito se assemelha aos modernos cartões de crédito. Essa e as outras principais modalidades de disfarçar a usura são descritas da seguinte maneira:

Por outro lado, os escolásticos tardios, assim como os juristas romanos, reconheciam que os títulos extrínsecos (*damnum emergens*, *lucrum cessans* e *poena conventionalis*) podem justificar o pagamento de juros. Em casos de *damnum emergens*, contempla-se o direito do prestamista de pedir uma compensação, por parte do devedor, por motivo da perda (dano) causada (que emerge) pelo fato de ter emprestado dinheiro. De acordo com o princípio de *lucrum cessans* (lucro cessante), o prestamista pode pedir ao devedor um pagamento que compense pelo ganho perdido por não ter podido dispor do seu

dinheiro. A *poena conventionalis* estipulava uma multa pelo incumprimento nos pagamentos. (CHAFUEN, 2019, p. 251)

Além da permissão por meio dos títulos, tem-se a argumentação de De la Cruz, que em muito se assemelha a clássica definição de juros e a preferência temporal, além de achar justo a aquisição de dinheiro por meio de renda, isto é, por uma atividade não produtiva, com isso:

De la Cruz entendia que o dinheiro presente valia mais que o ausente, e daí sua predisposição para desculpar os juros.

(...) Outro argumento a favor de sua teoria é o do caso daquelas pessoas que não podem ganhar a vida com seu trabalho. De acordo com ele, é muito mais natural que estas possam emprestar seu dinheiro a juros e viver de rendas, em vez de consumir aos poucos todo o seu capital. (CHAFUEN, 2019, p. 257-258)

Assim, a questão da usura veio a se tornar um empasse para os economistas católicos, pois com o fim do consenso não se tem mais uma opinião forte e definitiva acerca do tema, senão que ele passou a ser alvo de inúmeras disputas em meio ao ambiente de permissão e condenação ao juro (CHAFUEN, 2019, p. 251). A ponto de Joseph Schumpeter dizer que os escolásticos diferiam tanto quanto os economistas modernos acerca da questão do juro (CHAFUEN, p. 251).

### 3.1.3 Teoria do Valor

Por fim, temos a teoria do valor, em que os escolásticos tardios fazem uma defesa do valor subjetivo. Diferente do caso da usura, essa teoria se encontra em perfeita harmonia entre todos aqueles que dispuseram a estudá-la. De forma direta, pode-se dizer que eles partem dos dois mesmos autores que influenciaram Santo Tomás, Aristóteles e Santo Agostinho, mais o segundo em detrimento do primeiro, muito por causa da dupla hierarquização das criaturas (CHAFUEN, 2019, p. 180). A influência de Santo Tomás pode ser perceptível de maneira indireta, de forma a não ser tão citado, mas de que devido a todo o seu peso intelectual na educação dos escolásticos tardios é quase improvável não atribuir a ele a causa dos salmanticenses em considerar a teoria do valor com sendo proveniente da utilidade e não do trabalho (CHAFUEN, 2019, p. 179).

Francisco de Vitoria, “(...) considerado o pai fundador da escolástica hispânica da Escola de Salamanca” (CHAFUEN, 2019, p. 183), seguiu a tradição de seus antecessores intelectuais, de forma a considerar que o valor de um bem não decorre do trabalho dispendido nele, mas senão que pela convenção comum, isto é, mediante a estima daqueles que necessitam desse bem. Dessa maneira:

Onde quer que haja alguma coisa venal, de modo que dela existem muitos compradores e vendedores, não se deve ter em conta a natureza da coisa, nem o preço ao qual foi comprada, ou seja, o caro que custou ou com quantos trabalhos e perigo, por exemplo, Pedro vende trigo; ao vende-lo, não se devem considerar os gastos feitos por Pedro e os trabalhos, mas, sim, a estima comum “a quanto custa”. Pelo que se agora, de acordo com a estima comum, o módio de trigo custa quatro peças de prata e alguém o comprasse por três, ocasionaria uma injúria ao vendedor, porque a estima comum do módio de trigo é que vale quatro moedas de prata. E assim, se o mesmo vendedor vendesse o trigo mais caro, tendo em conta os gastos e os trabalhos, venderia injustamente, pois deve vende-lo somente de acordo com a estima comum na praça. (VITORIA apud CHAFUEN, 2019, p. 186).

Essa concepção de valor derivada da estima comum foi amplamente influenciada pelo pensamento de Santo Tomás e Santo Agostinho (CHAFUEN, 2019, p. 187), em especial, a diferença proposta pela hierarquia natural e a hierarquia de utilidade, sendo a segunda correlacionada com a estima comum, de forma a seu pensamento ter uma visão subjetiva do valor dos bens econômicos:

bens de natureza distinta (por exemplo, uma mesa e um homem) são determinados não pela essência deles, mas, sim pelo acordo e pela estima comum, Francisco de Vitoria repetiu os argumentos de Santo Tomás de Aquino e de Santo Agostinho referentes ao valor das coisas animadas (que podem ter uma natureza superior e um preço inferior) e das inanimadas (com uma natureza inferior e, às vezes, preços superiores). (CHAFUEN, 2019, p. 187).

Luís de Molina também não se diferenciou de seus antecessores, pois definiu também que o valor de uma mercadoria deriva de sua utilidade. Um ponto somente de diferenciação é o acréscimo do preço justo. De forma a ser também um exemplo claro de resumo das ideias de Santo Agostinho e Santo Tomás, porém tendo um foco bem mais econômico que os dois Santos Doutores, e dando a seguinte explicação do que é preço justo:

Deve-se observar, em primeiro lugar, que o preço justo ou injusto não com base na natureza das coisas consideradas em si mesmas – o que levaria a valorá-las pela sua nobreza ou sua perfeição -, mas na medida em que servem à utilidade humana; pois é nesta medida que os homens as estimam e têm um preço no comércio e nas trocas. Mais ainda, com este propósito Deus as entregou aos homens e, com o mesmo fim, os homens dividiram entre si o domínio delas, ainda que, no momento de sua criação, todas fossem comuns. O que acabamos de expor explica por que ratos, ainda que por sua natureza sejam mais nobres do que o trigo, não sejam estimados nem apreciados pelos homens, pois não lhes são de utilidade alguma. Também se explica assim que se costume vender a casa justamente por um preço maior do que se vende um cavalo e inclusive um escravo, mesmo tanto o cavalo e o escravo sejam, por natureza, muito mais nobres do que a casa. (MOLINA apud CHAFUEN, 2019, p. 188-189).

Para finalizar, Jean de Lugo (1583-1660), foi um dos últimos pensadores da escolástica tardia, e seguindo a mesma linha de Molina, Vitoria, Tomás e Agostinho, deu continuidade a teoria subjetiva do valor, porém dando um passo a mais. Sua contribuição está em afirmar que a estima humana determina o valor e o preço dos bens econômicos – mas isso já ficou subentendido nos demais, principalmente em Vitoria –, porém de forma a considerar que a estima é válida para tal determinação ainda que ela careça de lógica. Como, por exemplo, um homem qualquer achar equivalente trocar sua residência por um quilo de batata. A princípio, essa troca parece bastante absurda, porém nesse caso o homem do exemplo encontra mais estima em um quilo de batata do que em sua própria casa – e mesmo isso parecendo algo imprudente, se não tiver nenhum componente de manipulação na troca ela deve ser respeitada, a fim de que a condição de ser racional do indivíduo também seja respeitada. Demonstrando mais uma vez a consideração pela suposição do valor derivar da utilidade (CHAFUEN, 2019, p. 190 -191).

Tudo isso comprova a influência de Santo Tomás no pensamento da Escola de Salamanca, que muito indo além da mera influência filosófica e teológica, também o foi para as outras áreas do conhecimento humano. Em economia, sua correlação com a moral foi respeitada e mais elaborada, sendo uma base sólida para a replicação e desenvolvimento de inúmeras teorias, salvo a questão da usura, que mediante ao ambiente reinante, foi passível de formulações contrárias a proposta de Santo Tomás.

### **3.2. Doutrina Social da igreja**

A Doutrina Social da Igreja (DSI) é compreendida como o conjunto de todas as encíclicas papais, cujos temas centrais abarcam questões sociais e econômicas, que começando com a *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII<sup>35</sup> se estendem até a *Fratelli Tutti* (2020) do Papa Francisco. O Pontifício Conselho de Justiça e Paz<sup>36</sup> é o Conselho que tem como principal função promover e difundir a justiça e paz por meio das verdades contidas nos Evangelhos e integradas na DSI, definiu a própria DSI “como uma formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades de existência

---

<sup>35</sup> “A Em geral, em livros ou cursos sobre a Doutrina Social da Igreja, inicia-se com a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, de 1891. Nenhuma encíclica teve tanto impacto e foi tão lida quanto a *Rerum Novarum*. Essa encíclica traz uma análise social ampla e ao mesmo tempo prática. É exaltada não só por papas, mas por juristas e economistas, influenciou códigos trabalhistas e é sempre celebrada nas suas efemérides.” (CARNEIRO, 2019, p. 97).

<sup>36</sup> Em 2017 o PCJP foi fundido ao recém-criado Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, conjuntamente com o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes e com o Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde.

do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial.” (CARNEIRO, 2019, p. 96). Além disso, confere a DSI a natureza teológica-moral, de modo a servir como guia para as ações humanas de todas as espécies, da individual, familiar e política. (CARNEIRO, 2019, p. 96).

A preocupação com a conduta humana, i.e., com o como as pessoas agem e de que maneira este agir pode ser direcionado aquilo que é correto já demonstra uma certa correlação com Santo Tomás de Aquino, em sua maneira, também preocupado com as ações humanas. Porém, quando a Igreja se predispõe a tentar encontrar caminhos para os problemas econômicos e sociais surgem uma dúvida, mais especificamente, uma indagação, de que se a preocupação da Igreja, em última instância, é com o destino das almas – uma finalidade transcendental –, por que então ela estaria preocupada com as questões mundanas e materiais? A resposta para isso pode ser traçada a partir da Bíblia, demonstrando em diversas passagens que a ordem social é algo requerido tanto quanto a salvação das almas – mas sempre existindo uma clara ordem hierárquica entre essas duas partes, sendo a salvação da alma infinitamente superior a ordem social –, pois como argumenta São João Paulo II, na encíclica *Centessimus Annus* (1991) “(...) é preciso repetir que não existe verdadeira solução para a ‘questão social’ fora do Evangelho e que, por outro lado, as ‘coisas novas’ podem encontrar no Evangelho o seu espaço de verdade e a devida avaliação moral” (JOÃO PAULO II, 1991).

Desse modo, temos a mensagem principal do Evangelho para as questões sociais e econômicas, a de que elas devem ser direcionadas ao encontro de Deus. Uma constante recordação e obediência do primeiro mandamento, amar a Deus acima de todas as coisas. Novamente, trazendo à tona a preocupação com a salvação das almas, o que pode parecer se distanciar mais uma vez das questões materiais:

Mas essa alma sofre influência das circunstâncias em que vive. A influência dessas circunstâncias em cada um depende da fé que essa pessoa carrega. O marxismo acha que a consciência do ser humano é determinada pelas condições materiais. A Doutrina milenar da Igreja discorda, defende o livre arbítrio e a capacidade de cada um de se libertar das amarras que afastam as pessoas de Deus, sejam amarras pessoais, materiais ou da sociedade. Mas isso não quer dizer que a Igreja despreze as condições sociais. (...) Sendo preocupada com a situação da sociedade em que se vive, a Igreja tem, sim, uma ética para a economia, mesmo porque temos necessidade do trabalho para sobreviver, seja em condições primitivas ou na vida moderna. (CARNEIRO, 2019, p. 96-97)

Do meio a necessidade de se estruturar uma doutrina destinada as questões socioeconômicas, sem se esquecer da moral, essa é a DSI. Disto pode-se traçar os pontos convergentes com Santo Tomás de Aquino, de modo a não ser complicado achar a

influência de Aquino nas encíclicas, pois o Papa Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris* (1879), escrita doze anos antes da *Rerum Novarum*, retrata Tomás da seguinte maneira:

Atentai bem: dentre os Doutores Escolásticos, brilha grandemente, Santo Tomás de Aquino, príncipe e mestre de todos, o qual, como adverte Caetano: “por haver venerado, de grande maneira, os antigos Doutores sagrados, obteve, de algum modo, a inteligência de todos eles”

(...) Por isso, com sábia reflexão, não poucos, dos que advogam os estudos filosóficos, ao voltar suas mentes, nos últimos tempos, à reforma prática da filosofia, tinham – e têm por meta – restaurar, a renomada doutrina de Tomás de Aquino, devolvendo-a ao seu antigo esplendor. Temos sabido, veneráveis irmãos, que muitos de vossas ordens, com igual desejo, têm entrado, com galhardia, por esta via. E é com grande alegria que o reconhecemos. (LEÃO XIII, 1879)

Mais do que uma influência filosófica e teológica, Tomás é uma base para a doutrina católica. No entanto, uma dificuldade que se encontra na DSI é que, devido à grande difusão do pensamento tomista, pouco se torna necessário citá-lo ao se argumentar em favor de algo, pois já se tornara ponto comum, sendo pouco as vezes em que ele é citado diretamente nas encíclicas; de forma a ser a sua maior participação estar contida na *Rerum Novarum*, sendo citado dez vezes durante todo o texto. Disto pode-se traçar dois assuntos no qual se é possível destacar a influência de Tomás, um de maneira indireta, referente a relação entre economia e moral e a outra de maneira direta, a questão da propriedade privada.

### 3.2.1. A relação entre economia e moral

A relação entre economia e moral discutida no capítulo de Santo Tomás retoma para este tópico, a fim de encontrar pontos de convergência entre o que foi dito pelo Santo e o que é posto dentro das encíclicas da DSI. De forma a recordar Santo Tomás é possível estabelecer a inserção da moral na economia no sentido da segunda estar predispostas nos assuntos da primeira, como é o caso das questões econômicas sendo abordada, principalmente, no Tratado sobre a Justiça da *Suma Teológica*. De forma a cada assunto econômico ser inserido em um contexto moral; contexto este sempre inclinado a finalidade última da moral, enquanto eudaimônica, Deus.

De igual maneira, encontra-se correlacionada a moral e a economia nas encíclicas papais, como por exemplo na *Quadragesimo Anno* de Pio XI, que seguindo a mesma linha de pensamento, delimita uma certa autonomia para a economia ao mesmo

tempo que a submete a moral. Essa submissão ocorre no sentido de a moral dar a devida finalidade para economia<sup>37</sup>, como bem explicita pelo Papa no seguinte trecho:

Pois ainda que a economia e a moral “se regulam, cada uma no seu âmbito, por princípios próprios”, é erro julgar a ordem econômica e a moral tão encontradas e alheias entre si, que de modo nenhum aquela dependa desta. Com efeito, as chamadas leis econômicas, deduzidas da própria natureza das coisas e da índole do corpo e da alma, determinam os fins que a atividade humana se não pode propor, e os que pode procurar com todos os meios no campo econômico; e a razão mostra claramente, da mesma natureza das coisas e da natureza individual e social do homem, o fim imposto pelo Criador a toda a ordem econômica. Por sua parte a lei moral manda-nos prosseguir tanto o fim supremo e último em todo o exercício da nossa atividade, como, nos diferentes domínios por onde ela se reparte, os fins particulares impostos pela natureza, ou melhor, por Deus autor da mesma; subordinando sempre estes fins aquele, como pede a boa ordem. Se seguirmos fielmente esta regra, sucederá, que os fins particulares da economia, sejam eles individuais ou sociais, se inserirão facilmente na ordem geral dos fins, e nós subindo por eles, como por uma escada, chegaremos ao fim último de todos os seres, que é Deus, bem supremo e inexaurível para si e para nós. (PIO XI, 1931)

Dentro de tal hierarquização e subordinação da economia à moral, tem-se a máxima de “o homem com efeito, é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômico-social” (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2011, p. 193). Com isso, a economia toma um caráter bem mais moral do que propriamente técnico, pois sua plena realização transpassa toda a sua estrutura de produção e troca, não sendo somente necessário cumprir essas duas premissas para se realizar perfeitamente enquanto a ciência que é disposta a ser, senão que é também imprescindível estar a par dos deveres socioeconômicos. Deveres de garantir com que a moral esteja intrínseca na economia, de

---

<sup>37</sup> No catolicismo como um todo, a economia, assim como todas as demais ciências não são autossuficientes no quesito de terem capacidade de delimitar uma finalidade última para a vida humana, senão que elas se encontram predispostas em uma ordem hierárquica de saberes. Ordem essa que tem como função levar o homem a sua felicidade, no caso salvar a sua alma e ir de encontro a Deus. O padre Menvielle, sendo pautado por Aristóteles e Santo Tomás, expõe a seguinte ordem hierárquica, e a posição da economia na totalidade da vida humana:

“No grau mais baixo de uma escala de valores seria preciso colocar as artes servís, próprias do homem *faber*.

(...)O aspecto econômico que assume em cada homem – o *homo oeconomicus* – a sua preocupação em procurar riquezas; ou que assume no economista como atividade própria dedicada a este ofício numa escala social: isso constituído em instrumento, em órgão propriamente ativo (de *agere*, de *operar*), utilizar, por sua vez, as diversas técnicas ou indústrias – *organa factiva* – e as converte em riqueza. Deste modo, o *homo ethicus* – e, em especial, o *homo politicus*, que se acha acima da ordem ativa ou do aperfeiçoamento propriamente humano – disporá desses instrumentos indispensáveis de atividade que garantam o bem da vida individual, familiar e social.

Entretanto, o homem, por sua vez, não tem um fim em si mesmo, senão que é feito para algo mais elevado que aquilo propriamente humano; é feito para contemplação – *homo rheoricus* – do que está fora dele e, sobretudo, para a meditação do Supremo Inteligível, que é Deus mesmo – *homo religiosus* ou *divinus*. Por isso, o ordenamento do homem e de uma economia, que tem em seu lugar o homem, deverá ter presente aquela escala de valores enunciada por Santo Tomás de Aquino em *Contra Gentiles* (lib. III, c. XXVII, n 7). (...)Esfera da vida econômica com técnica e a cultura, esfera da vida ética com a vida civil ou política, tudo se encaminha ao fim último do homem que consiste na contemplação do Supremo Inteligível.” (MENVIELLE, 2020, p. 66-67).

forma as virtudes estarem permeando todas as esferas abarcadas pela economia, garantindo a justiça nas trocas e a distribuição daquilo que é produzido, a fim de que o homem tenha a garantia de uma boa vida, um bem-estar elevado (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2011, p. 193).

### 3.2.2. Propriedade Privada

A questão da propriedade privada não toma um rumo diferente da direção dada por Santo Tomás, ou seja, ela continua sendo um meio legal do exercício da liberdade humana. Sendo uma forma natural e eficiente de administração dos bens privados. Indo nessa corrente, a DSI esboça a gênese da propriedade privada como um substrato do trabalho humano, pois no momento em que o homem, a partir de sua força, apropria-se de um pedaço de terra, aí está o início da propriedade privada (JOÃO PAULO II, 1991). Desse modo é possível apreender que:

A propriedade privada e as outras formas de domínio privado dos bens “conferem a cada um a extensão absolutamente necessária à autonomia pessoal e familiar e devem ser consideradas como um prolongamento da liberdade humana... Enfim, porque aumentam o estímulo e o desempenho do trabalho e das responsabilidades, constituem uma das condições das liberdades civis”. A propriedade privada é elemento essencial de uma política econômica autenticamente social e democrática e é garantia de uma reta ordem social. (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2011, p. 106)

Mediante esse trecho escrito pelo “Pontifício Conselho ‘Justiça e Paz’”, se apoiando nas exortações feitas durante o Concílio Vaticano II e na encíclica *Centesimus Annus* de João Paulo II já é possível traçar um certo paralelismo com Santo Tomás, isto é, a essencialidade da propriedade privada, porém, somente isso não é o bastante para caracterizar toda a sua influência nas encíclicas.

Para melhor identificar a influência de Tomás na DSI, é preciso voltar a que é considerada como a primeira delas, a *Rerum Novarum* de Leão XIII, em que Tomás é citado diretamente cinco vezes ao longo do texto, sendo em três ocasiões referentes a propriedade privada. De forma concisa tem-se que:

Leão XIII ressalta que a propriedade privada é exatamente o que o trabalhador almeja: “o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa promover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender”. Dessa maneira, Leão XIII destaca que o socialismo é empobrecedor, pois retira isso do trabalhador, ao transformar a propriedade privada em coletiva. Defende inclusive, que a propriedade privada é um direito natural do trabalhador. (CARNEIRO, 2019, p. 111)

Com isso, é possível passar aos três trechos em que Santo Tomás é citado pelo Papa, sendo dois referentes a Questão 66 da IIªIIªe da *Suma Teológica* “Do Furto e do Roubo” e a outra a Questão 32 “Da Esmola”. A primeira passagem a ser citada tem como função reafirmar a razão da propriedade privada ser um direito natural ao homem, ou seja:

Sobre o uso das riquezas, já a pura filosofia pôde delinear alguns ensinamentos de suma excelência e extrema importância; mas só a Igreja no-los pode dar na sua perfeição, e fazê-los descer do conhecimento à prática. O fundamento dessa doutrina está na distinção entre a justa posse das riquezas e o seu legítimo uso.

A propriedade particular, já o dissemos mais acima, é de direito natural para o homem: o exercício deste direito é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária. (LEÃO XIII, 1891)<sup>38</sup>

Continuando, a segunda exortação vem em conjunto com a terceira, pois assim como a segunda traz o questionamento acerca do uso em comum dos bens, tratando na seguinte situação:

Agora, se se pergunta em que é necessário fazer consistir o uso dos bens, a Igreja responderá sem hesitação: A esse respeito o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que facilmente dê parte delas aos outros nas suas necessidades. E por isso que o Apóstolo disse: “Ordena aos ricos do século... dar facilmente, comunicar as suas riquezas”. (LEÃO XIII, 1891)<sup>39</sup>

A terceira a completa utilizando de um trecho anterior da *Suma teológica* para explicar toda a situação em que se é possível afirmar que “Ninguém certamente é obrigado a aliviar o próximo privando-se do seu necessário ou do de sua família; nem mesmo a nada suprimir do que as conveniências ou decência Impõem à sua pessoa: ‘Ninguém com efeito deve viver contrariamente às conveniências’” (LEÃO XIII, 1891)<sup>40</sup>.

Antes de fechar o tópico acerca da DSI, é interessante destacar mais um ponto acerca da propriedade privada. Devido a sua exaustiva defesa, ela parece, na visão católica, um pressuposto inviolável e absoluto. Entretanto, levar em consideração essa afirmação seria algo errôneo, pois como bem pode dizer a própria DSI:

---

<sup>38</sup> “A comunidade das coisas é atribuída ao direito natural: não que o direito natural dite que tudo deve ser possuído em comum e nada como próprio. Mas que o possuidor em separado não se funda no direito natural, mas antes, na convenção humana, que respeita o direito positivo, como já dissemos. Por onde, a propriedade dos bens exteriores não é contra o direito natural, mas é um acréscimo deite a este por expediente da razão humana.” (AQUINO, 2016, p. 426-427).

<sup>39</sup> “O outro poder que tem o homem sobre as coisas exteriores é o uso delas. E, quanto a este, o homem não deve ter as coisas exteriores como próprias, mas, como comuns, de modo que cada um as comunique facilmente aos outros, quando delas tiverem necessidade. Por isso diz o Apóstolo (1Tm 7, 18): Manda aos ricos deste mundo que dêem, que repartam francamente.” (AQUINO, 2016, p. 426).

<sup>40</sup> “Agiria, porém, desordenadamente quem tirasse dos seus bens para dar a outros, de modo que não pudesse, com o remanescente, viver segundo a conveniência do seu próprio estado e as necessidades ocorrentes. Ora, ninguém deve viver inconvenientemente”. (AQUINO, 2016, p. 240).

A tradição cristã nunca reconheceu o direito à propriedade privada como absoluto e intocável: “Pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, subordinado à destinação universal dos bens”. (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2011, p. 106)

Nesse sentido, a propriedade privada se encontra estabelecida dentro de uma ordem, sendo ela subserviente ao bem comum e ao princípio de destinação universal dos bens. Um desses dois termos já foi discutido no decorrer deste trabalho, isto é, o bem comum – muito presente na obra aristotélica –, com a novidade estando no princípio da destinação universal dos bens. Continuando a citar o Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, pode-se afirmar que o:

O princípio da destinação universal dos bens afirma seja o pleno e perene senhorio de Deus sobre toda realidade, seja a exigência de que os bens da criação tenham por finalidade e destino o desenvolvimento de todo homem e de toda a humanidade, e de que neles assim permaneçam. Este princípio, porém, não se opõe ao direito de propriedade; indica antes a necessidade de regulamentá-lo. (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2011, p. 106-107)

Dessa forma é possível concluir que “O ensinamento social da Igreja exorta a reconhecer a função social de qualquer forma de posse privada, com a clara referência às exigências imprescindíveis do bem comum.” (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, p. 107). Além de ser possível verificar dentro de todas as categorias apresentadas – até mesmo nessa última em que a propriedade privada se encontrando predisposta a uma hierarquia e servindo a uma finalidade superior (bem comum) – a influência de Santo Tomás de Aquino na DSI, ainda que a maior parte de sua influência se encontre de forma indireta – devido a toda a sua aceção como um ponto comum na filosofia e na teologia para o catolicismo –, e, portanto, difícil de ser verificada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante toda a exposição proposta por esse trabalho, é possível destacar duas considerações finais. Uma primeira acerca da importância dada por Santo Tomás à relação entre economia e moral e uma segunda sobre se é possível inserir ele dentro da história do pensamento econômico. A primeira conclusão é mais fácil de ser analisada do que a segunda, devido a própria natureza da questão, e por ela, portanto, se iniciará.

Expor novamente a relação entre a moral e a economia em Santo Tomás, reafirmando a dupla característica de dependência e independência da segunda em detrimento da primeira, seria uma tarefa redundante, visto toda a exposição feita até o momento. O que é interessante trazer de novidade é tentar encontrar um meio de integrá-la em uma esquemática maior, isto é, se é possível inseri-la dentro da atual estrutura do pensamento dominante econômico. Pensamento pautado pela noção de que a economia tomou os rumos de ciência positiva e se apartando de seu aspecto normativo, se desapegando de questões éticas e focando somente na formalidade quantitativa (CARNEIRO, 2019, p. 18).

Adiantando a conclusão, é possível transpor a importância de Santo Tomás no sentido em que ele compreendeu a economia dentro de um esquema em que ela não possui um fim em si, mas que é uma ferramenta de auxílio ao homem, portanto, um meio. Auxiliando, na visão do Santo, a alcançar finalidade do homem. Dessa forma a economia extrapola seu circuito fechado e se insere em um plano maior, e essa inserção só pode ser feita se estiver a par da ética. A ética mostra o caminho para a economia, sem que essa perca sua autonomia. A sua autonomia, por sua vez, é compreendida em seu circuito fechado, ou na forma com que se faz as coisas – ciência positiva –, é a atividade econômica pura, explicitada em suas teorias, como aquelas que melhor dizem a respeito da alocação de recursos dentro de um processo produtivo ou do preço que levará ao maior retorno.

Com isso, já é possível traçar uma linha diametralmente oposta à moderna visão econômica, em que ela, por ter se aproximado das ciências exatas, se distanciou da moral<sup>41</sup> (CARNEIRO, 2019, p. 18). Santo Tomás, por sua vez, procurou conciliar essas

---

<sup>41</sup> Stanley Jevons (1835-1882) é o mais claro exemplo de matematização da economia e de um sentimento de “repulsa” para com a categorização dela entre as ciências abarcadas pela moral, de modo a “(...) se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática. Existe muito preconceito em relação às tentativas de introduzir os métodos e a linguagem Matemática em qualquer dos ramos das ciências morais. Muitas pessoas parecem pensar que as ciências físicas formam a esfera adequada do método matemático, e que as ciências morais requerem outro método – não sei qual. Contudo, minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático.” (JEVONS, 1988, p. 30)

duas particularidades da totalidade humana, ciência positiva, aqui exemplificada pela economia, com a normativa, moral. A cisão e o distanciamento dessas duas esferas, não se dá pelo fato de atualmente os economistas não tratarem de questões éticas, pois isso seria impossível devido a própria natureza econômica (CARNEIRO, 2019, p. 20); senão que devido a tendência “especializadora” da sociedade contemporânea, que não permite o que muito comum era no medievo e na era clássica, a interrelação das ciências, sendo quase impossível distanciar a ciência positiva da normativa (WEAVER, 2012).

Dizer também que não houve uma tentativa de reconciliação entre elas seria um erro, pois os utilitários tentaram realizar isso, a princípio com Jeremy Bentham (1748 – 1832) e posteriormente com Stanley Jevons (1835 – 1882), Alfred Marshall (1842 – 1924), Arthur Cecil Pigou (1877 – 1959), Vilfredo Pareto (1848 – 1923) Francis Ysidro Edgeworth (1845 – 1926), entre outros. No entanto, tais economistas colocaram seus princípios éticos de forma muito distante do proposto por Tomás, pois enquanto o Santo tinha uma visão ética voltada para as virtudes e a ação teleológica destinada a Deus, os utilitários a compreendiam simplesmente em maximização do prazer, sendo uma ação moral aquela que gere prazer ao indivíduo (BENTHAM, 1974, p. 10).

Com isso, é possível tomar Santo Tomás como uma figura exemplar no que tange à conciliação entre a moral e a economia. De modo a como foi visto durante o seu capítulo uma subserviência da ciência positiva a normativa, em detrimento da hierarquia a qual o Santo compreendia o cosmos, sem retirar a autonomia da economia. A fim de melhor exemplificar a importância de uma figura como Tomás, é possível se utilizar do caso do historiador inglês Christopher Dawson (1889 – 1970), que em sua obra *Progresso e Religião: Uma investigação histórica* (1929), destacou bem o progresso e a evolução das ciências positivas durante o século XIX e início do século XX, porém sem ter sido acompanhado por um progresso moral, a ponto de concluir que tal progresso de um sem o outro leva a uma imanente escravidão do homem pela técnica (DAWSON, 2012, p. 248).

A segunda consideração final diz respeito a possibilidade de inserir Santo Tomás em uma História do Pensamento Econômico. A complexidade desse assunto está no fato dele já ter sido inserido em livro de HPE de um grande autor, a obra *History of Economic Analysis* (1954) de Joseph Schumpeter (1883 – 1950), em que o Santo é posto como o segundo ponto de desenvolvimento teórico econômico após os gregos (SCHUMPETER, 1987, p. 70). Entretanto, não é um consenso colocá-lo dentro de uma obra de HPE, como é o caso de E. K. Hunt em sua *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva*

*crítica* (1979) em que ele já começa com os mercantilistas (HUNT, 2013 p. 55), e de Stanley L. Brue em sua *História do Pensamento Econômico* (1986), também pulando diretamente para o mercantilismo (BRUE, 2006, p. 13). Duas visões são postas aqui, a de Schumpeter que chega a enxergar nos doutores escolásticos, e, portanto, em Santo Tomás, os fundadores da economia (MUELLER, 2021, p. 34), enquanto, se tem autores que nem chegam a citá-los, sobrando, então, a tarefa de ponderar essas duas perspectivas.

A princípio, encontrar um “fundador” para ciência econômica é uma tarefa espinhosa e que provavelmente não se terá um consenso<sup>42</sup>, e mediante isso pode-se pensar se Tomás seria esse tal “fundador”. No decorrer do trabalho, percebe-se que grande parte das contribuições econômicas de Tomás derivaram de teorias já estabelecidas, principalmente em Aristóteles, caso da usura e justiça das trocas por exemplo, e em Agostinho, o caso do valor subjetivo. E se nesse caso sendo mais plausível, então, colocar nesses precursores o título de “fundadores”<sup>43</sup>. Sobra, portanto, medir o grau de relevância de Tomás dentro de uma possível HPE, e isso pode ser mensurado a partir de suas teorias e de sua influência.

Em questão teórica ela não é tão extensa, tendo abordado toda a questão econômica em seis questões da *Suma Teológica*, e tendo como destaque as concretas teorias acerca da usura, valor e propriedade privada, além da intrínseca relação feita entre a economia e a moral. E em sua humilde contribuição tem-se a chave para mensurá-lo, pois nessa questão ele se encontra muito abaixo de economistas já renomadas e presentes em todas as obras de HPE – Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Alfred Marshall, John Maynard Keynes etc. –, e isso pode ser explicado da maneira em que “(...) longe de ser o ápice de uma teoria econômica escolástica, Tomás de Aquino representou seu início.” (MUELLER, 2021, p. 58).

Se não é em sua escala quantitativa teórica que se encontra sua grandeza, ela o pode ser vista em sua influência, a Escola de Salamanca e a Doutrina Social da Igreja foram os exemplos utilizados nesse trabalho, mas também poderia ter sido colocado em prova o distributivismo de Chesterton e Belloc, as contribuições de Heinrich Pesch (1854-

---

<sup>42</sup> Por muito tempo tinha-se, e ainda se existe essa noção, de que Adam Smith é o fundador da ciência econômica, o que viria a ser rebatido somente com a obra de HPE de Schumpeter (MUELLER, 2021, p. 32).

<sup>43</sup> O que também não seria o mais correto a se fazer, pois repetindo, a questão de se encontrar um fundador para a economia não é algo tão simples, e se somente fosse levar em conta o aspecto de quem primeiro comentou algum assunto econômico a análise teria que ser regredida até os mais antigos textos religiosos, pois no Antigo Testamento, nos textos hindus e em códigos de leis antigas já se tinha algo sobre a questão econômica.

1926) e a neoescolástica de Jonh D. Mueller. Essas escolas e autores não só tomaram para si as contribuições de Tomás, como também as desenvolveram e ampliaram, além de adentrarem em novas questões econômicas, como a Teoria Quantitativa da Moeda desenvolvida pela Escola de Salamanca e as questões trabalhistas da DSI. E, por conta disso, é possível dizer que elas são tão mais “protagonistas” do que o próprio Santo Tomás em questão econômica, mas isso sendo somente possível porque ele realizou um trabalho que permitiu que as gerações futuras fossem mais longe na questão econômica.

A partir do exposto, é possível extrair a seguinte conclusão: Santo Tomás de Aquino está longe de ser um “fundador” da economia, como aponta Schumpeter, muito menos de ter a relevância que um já consolidado economista. Porém, ignorar sua presença dentro da HPE, como realizado por Hunt, Brue e inúmeros outros autores, como também ignorar a Escola de Salamanca, e em certo sentido a Doutrina Social da Igreja, também pode ser considerado um erro, pois é inegável que tanto ele quanto seus sucessores tiveram sim contribuições relevantes para a ciência econômica, a ponto de estarem inseridas dentro das obras da História do Pensamento Econômico.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes, São Paulo. 2007.
- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus: (contra os pagãos) Parte II**. Editora Vozes, Petrópolis: RJ. 2013.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica: Volume 2: Ia Ilae**. Editora Permanência. CEDET, Campinas: SP. 2017.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica: Volume 3: Ila Ilae**. Editora Permanência. CEDET, Campinas: SP. 2016.
- ARISTOTELES. **A Política**. Lafonte, São Paulo. 2017.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Edipro, São Paulo. 2014.
- ARISTÓTELES. **Tratado de Economia doméstica: Como administrar a família**. Vide Editorial, Campinas: SP. 2021.
- BENTHAM, Jeremy; MILL, Stuart. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação / Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva**. Abril Cultural, São Paulo. 1974.
- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. Thomson Learning Edições Ltda, São Paulo. 2006
- CARNEIRO, Pedro Erik. **Ética Católica para Economia: Bíblia, teólogos e a ciência econômica**. Appris editora, Curitiba: PR. 2019
- CHAFUEN, Alejandro Antonio. **Fé e Liberdade: o pensamento econômico da Escolástica Tardia**. LVM Editora, São Paulo. 2019
- CHESTERTON, G.K. **Santo Tomás: Uma Biografia Filosófica**. Minha Biblioteca Católica, Dois Irmãos: RS. 2020.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPAÑOLA. **Bíblia do Peregrino**. Paulus, São Paulo. 2017./
- COPLESTON, Frederick. **Filosofia medieval: uma introdução**. Livraria Editora Danúbio, Curitiba: PR. 2017.
- COPLESTON, Frederick. **Uma História da Filosofia: Volume 1: Grécia, Roma e filosofia medieval**. Vide Editorial, Campinas: SP. 2021
- DAWSON, Christopher. **Progresso e Religião: Uma investigação histórica**. É Realizações, São Paulo. 2012.
- GILSON, Étinne. **O Espírito da Filosofia Medieval**. Martins Fontes, São Paulo. 2006.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Elsevier Editora, Rio de Janeiro. 2013.

JEVONS, William Stanley. **A Teoria da Economia Política**. Nova Cultural, São Paulo. 1988.

JOÃO PAULO II, Papa. **Centesimus Annus**. 1991. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus). Acesso em: 10 jan. 2023.

LEÃO XIII, Papa. **Aeterni Patris**. 1879. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_04081879\\_aeterni-patris](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris). Acesso em: 7 jan. 2023

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**. 1891. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum). Acesso em: 7 jan. 2023

LIMA, Alceu Amoroso. **Introdução à Economia Moderna**. Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro. 1956.

LIMA, Luís Corrêa. **Teologia de Mercado: Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos**. EDUSC, São Paulo. 2001.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade**. Cultor de Livros, São Paulo. 2018.

MEINVIELLE, Pe. Julio. **Concepção Católica da Economia**. Editora Centro Anchieta, Vitória: ES. 2020.

MUELLER, John D. **Redimindo a Economia: Redescobrimo o elemento perdido**. Verso l'Alto, Volta Redonda: RJ. 2021.

PAULO VI, Papa. **Populorum Progressio**. 1967. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum). Acesso em: 11 jan. 2023.

PIO XI, Papa. **Quadragesimo Anno**. 1931. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno). Acesso em: 10 jan. 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Paulinas, São Paulo. 2011.

SCHUMPETER, Joseph. **History of Economic Analysis**. Taylor & Francis Ltd, UK. 1987.